

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	54
4.5 - Processos sigilosos relevantes	55
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	56
4.7 - Outras contingências relevantes	57
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	58

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	59
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	60
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	61
5.4 - Outras informações relevantes	62
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	63
6.3 - Breve histórico	64
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	65
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	66
6.7 - Outras informações relevantes	67
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	68
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	69
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	70
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	73
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	74
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	75
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	76
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	77
7.9 - Outras informações relevantes	78
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	79
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	80
8.3 - Operações de reestruturação	81
8.4 - Outras informações relevantes	82
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	83
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	84

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	85
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	86
9.2 - Outras informações relevantes	88
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	89
10.2 - Resultado operacional e financeiro	95
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	96
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	97
10.5 - Políticas contábeis críticas	100
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	103
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	105
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	106
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	107
10.10 - Plano de negócios	108
10.11 - Outros fatores com influência relevante	109
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	110
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	111
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	112
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	117
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	120
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	121
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	122
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	123
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	130
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	131

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	133
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	135
12.12 - Outras informações relevantes	136
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	137
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	139
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	140
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	141
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	142
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	143
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	144
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	145
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	146
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	147
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	148
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	149
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	150
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	151
13.16 - Outras informações relevantes	152
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	153
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	154
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	155

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	156
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	157
15.3 - Distribuição de capital	163
15.4 - Organograma dos acionistas	164
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	165
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	166
15.7 - Outras informações relevantes	167
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	168
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	169
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	172
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	173
17.2 - Aumentos do capital social	174
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	175
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	176
17.5 - Outras informações relevantes	177
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	178
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	179
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	180
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	181
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	182
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	183

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	184
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	185
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	186
18.10 - Outras informações relevantes	187
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	188
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	189
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	190
19.4 - Outras informações relevantes	191
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	192
20.2 - Outras informações relevantes	193
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	194
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	195
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	196
21.4 - Outras informações relevantes	197
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	198
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	199
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	200
22.4 - Outras informações relevantes	201

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ELIAS ABRÃO AYEK

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

MOACIR DA CUNHA PENTEADO

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	612-2
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ASSESSORA ASSESSORES E AUDITORES - Sociedade Simples
CPF/CNPJ	59.036.442/0001-30
Período de prestação de serviço	30/04/2010
Descrição do serviço contratado	<p>Serviços de Auditoria Independente Contábil e Fiscal junto às empresas do Grupo Lix da Cunha, abrangendo as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Exame da contabilidade das empresas, seus aspectos legais, societários e controles internos; 2. Revisões periódicas em documentos próprios, tais quais, exemplificativamente, guias de contribuição, folhas de pagamento, contas a receber, contas a pagar, livros fiscais, ativo fixo e guarda de valores; 3. Os serviços de auditoria, retro especificados serão efetivados de forma sistemática com aferição de autenticidade e exatidão dos documentos que serviram de base aos registros contábeis, bem assim, das autorizações exaradas nesses documentos. Para tanto, observar-se-ão todos os padrões usualmente aceitos, com a adoção dos procedimentos de extensão e profundidade, recomendáveis a cada caso, balizados pelas normas de auditoria do IBRACOM – Instituto Brasileiro de Contadores e CVM – Comissão de Valores Mobiliários; 4. Os serviços de auditoria abrangerão todas as atividades desenvolvidas nos exercícios sob exame; e, 5. Emissão e entrega de parecer, relativo às demonstrações contábeis de encerramento dos exercícios em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da apresentação das peças para revisão.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviço de auditoria independente - R\$ 200.000 para o ano de 2009 e R\$ 152.000 para o ano de 2011 e 152.000 para o ano de 2012, R\$ 159.000,00 para o ano de 2013.
Justificativa da substituição	Deliberada em Reunião do Conselho de Administração em 28/04/2010, substituição da empresa de Auditoria Independente MGI SENGER WAGNER AUDITORES INDEPENDENTES, por decisão meramente administrativa, não tendo nada que desabone a atuação da empresa ou de seus auditores.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
OROZIMBO BENEDITO BRUNHARO	30/04/2010	403.336.398-04	Av. Coronel Silva Telles, 953, Cambuí, Campinas, SP, Brasil, CEP 13024-001, Telefone (19) 32555540, Fax (19) 32555527, e-mail: assessora@assessora.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	45.190.751,00	49.862.587,00
Ativo Total	342.770.899,00	330.394.784,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	15.398.373,00	14.709.278,00
Resultado Bruto	2.688.033,00	5.226.902,00
Resultado Líquido	-7.799.917,00	-636.012,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	11.993.407	11.993.407
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	3,767966	4,157500
Resultado Líquido por Ação	-0,650350	-0,053030

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis
 - b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
 - c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações
- Não apresenta.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não há.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros:

Conforme preconiza o Estatuto Social da Companhia e a legislação em vigor, as seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Do resultado do exercício serão deduzidos primeiramente os prejuízos acumulados e a provisão para tributos (art. 28).

Após essas deduções, poderão ser feitas as seguintes destinações:

- a) uma quota determinada pelo Conselho de Administração, destinada como gratificação a empregados da sociedade, com distribuição a critério da diretoria;
- b) uma quota do remanescente como participação dos administradores, fixada pela Assembléia Geral, observados os critérios de distribuição previstos nestes Estatutos e as restrições legais vigentes (art. 29).

Do lucro assim apurado deduzir-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) a percentagem que a Assembléia aprovar para ser distribuída como dividendos aos acionistas, observando o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) como dividendos obrigatórios (art. 30);
- c) Os dividendos intermediários que eventualmente tenham sido distribuídos serão deduzidos dos dividendos obrigatórios previstos na letra b (art. 30, § 1º).

O valor dos juros sobre o capital próprio poderá ser imputado aos valores dos dividendos obrigatórios (art. 30, § 2º).

O saldo dos lucros terá a aplicação que for determinada pela Assembléia Geral, mediante indicação dos órgãos de administração (art. 31).

b. Regras sobre distribuição de dividendos:

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

Dispõe o Estatuto Social da Companhia:

As ações preferenciais não darão direito a votar, mas conferirão a seus titulares prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, cujo valor anual mínimo não será inferior a 6% (seis por cento) do quociente obtido pela divisão do capital social, expresso em cruzeiros pela quantidade total das ações ordinárias e preferenciais (art. 5º, § 1º).

3.4 - Política de destinação dos resultados

As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto nas assembleias gerais da sociedade, se esta deixar de pagar os dividendos, por prazo superior a três exercícios sociais consecutivos (art. 5º, § 2º).

As ações preferenciais participarão em igualdade de condições com as ordinárias na distribuição de bonificações, em ações ou em dinheiro (art. 5º, § 3º).

c. Periodicidade das distribuições de dividendos:

As seguintes regras se aplicam aos 3 últimos exercícios sociais:

A distribuição dos dividendos nos parâmetros supra mencionados, é deliberada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, quando da deliberação sobre as demonstrações Financeiras (art. 27).

Pode haver apresentação de balanços abrangendo períodos contínuos do exercício social em curso e distribuídos dividendos intermediário a critério do Conselho de Administração (art. 28)

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

A Companhia vem sofrendo restrições que a impedem de distribuir dividendos em razão de pendências de dívidas fiscais. Tal restrição foi imposta por meio de diversas decisões judiciais proferidas nos autos de execuções fiscais movidas pela Fazenda Nacional que penhoraram os dividendos a distribuir. Não obstante a adoção de todas as medidas judiciais e recursos cabíveis para reverter tais decisões, não alcançamos êxito nas tentativas, especialmente em razão do entendimento que atualmente vem sendo firmado pelos tribunais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 30/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado		-7.799.917,00	-636.012,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Exercício social 30/12/2012		Exercício social 31/12/2011		Exercício social 31/12/2010	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONSOLIDADO		
		2012	2011	2010
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	8.116.133,06	5.342.317,00	4.675.342,00
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	457.240,19	378.172,00	282.321,00
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	0,00	3.310.417,00	3.310.417,00
TOTAL		8.573.373,25	9.030.906,00	8.268.080,00
Parcela circulante		8.560.593,71	8.936.660,00	8.083.902,00
Parcela não circulante		12.779,54	94.246,00	184.178,00

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas de imóveis; (ii) aval de diretores e acionistas.

Obrigações Trabalhistas

A Companhia possui valores devidos a título de obrigações trabalhistas em atraso, assim como em discussão administrativa e judicial, cujos saldos atualizados monetariamente estão assim representados:

CONTAS	CONSOLIDADO		
	2012	2011	2010
- Salários, honorários dos administradores, férias e outros	11.930.886,64	13.360.899,00	13.080.425,00
- INSS	44.058.333,68	43.786.322,00	79.111.235,00
- FGTS	2.853.206,81	2.360.293,00	1.921.074,00
- Contribuição Sindical	2.540,61	2.673,00	5.514,00
TOTAL	58.844.967,74	59.510.187,00	94.118.248,00

Obrigações Tributárias

A Companhia possui valores devidos a título de obrigações tributárias em atraso, assim como em discussão administrativa e judicial, cujos saldos atualizados monetariamente, estão assim representados:

3.9 - Outras informações relevantes

CONTAS	CONSOLIDADO		
	2012	2011	2010
- IRPJ / IRRF	34.130.112,47	24.983.701,00	22.924.804,00
- Pis	6.725.297,55	6.240.343,00	7.302.721,00
- Cofins	36.135.677,62	33.239.631,00	47.629.020,00
- ICMS	13.384.521,09	23.178.017,00	17.578.575,00
- ISS	6.459.909,38	5.743.869,00	4.474.854,00
- CSLL	9.311.338,36	5.575.272,00	5.071.636,00
- IPTU	271.191,53	250.064,00	1.397.491,00
- Refis 11941/09	12.986.538,87	13.644.973,00	0,00
- Outros	705.028,23	0,00	0,00
TOTAL	120.109.615,10	112.855.870,00	106.379.101,00

Em 29 de Outubro de 2009, as empresas controladas CBI Construções Ltda., Pedralix S.A. Indústria e Comercio, Lix Empreendimentos e Construções Ltda., Lix Incorporações e Construções Ltda., assim como a Construtora Lix da Cunha S.A., formalizaram pedido de inclusão no parcelamento de débitos fiscais, baseados na Lei n.º 11.941/09. Em 2011 foi efetivada a consolidação do referido parcelamento, cujos benefícios alcançados com redução de multa, juros e encargos, além do pagamento de parte dos débitos com prejuízo fiscal foi de R\$ 38.760 consolidado. Os impostos incluídos no parcelamento já consolidados na PGFN em 31/12/2011, montam o valor de R\$ 13.645 mil e em 31/12/2012 o valor de R\$ 12.987 mil (Consolidado).

Provisões para Contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das suas operações. As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas consideradas prováveis nesses processos, os quais estão relacionados a questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A provisão foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

3.9 - Outras informações relevantes

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor total das provisões para contingências e os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, estavam compostos da seguinte forma:

	CONSOLIDADO		
	2012	2011	2010
Provisões contabilizadas	38.038.066,00	32.973.501,00	26.340.642,00
- Depósitos judiciais	(2.429.110,00)	(2.366.289,00)	(1.737.304,00)
- Provisões líquidas	35.608.956,00	30.607.212,00	24.603.338,00

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processo fiscal de natureza tributária e cíveis. As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, com base nas premissas que são informadas, são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas. Nesse sentido, também estão incluídos processos trabalhistas e previdenciários de contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-empregados em relação a questões salariais, tais como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

FORNECEDORES

No saldo de R\$ 68.993.881,54 (2012 consolidado) e R\$ 62.472.463,00 (2011 consolidado) apresentado na rubrica de fornecedores, R\$ 59.508.128,88 (2012 consolidado) e R\$ 54.200.166,31 (2011 consolidado) referem-se a valores vinculados aos créditos da empresa junto a órgãos públicos, contabilizados em conta de ativo circulante. Os valores desses débitos vinculados estão atualizados a juros legais e de acordo com os índices monetários pactuados em contratos, os quais não diferem daqueles utilizados para a atualização dos ativos respectivos. Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases e seus saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

3.9 - Outras informações relevantes

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme Deliberação CVM n.º 550, de 17 de Outubro de 2008 e Instrução CVM n.º 475, de 17 de Dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas informam que não possuíam qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, a pagar e empréstimos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de Dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) ao emissor:

No setor de empreendimentos e de construção em geral, permanecem riscos de aumento exagerado dos preços dos insumos, principalmente nesse momento da economia em que o Continente Europeu está em crise e o Mercado Americano vem demonstrando recuperação mais lenta do que o esperado, provocando alta constante na cotação do dólar e das commodities. A falta de mão-de-obra operacional, técnica e gerencial continua sendo um gargalo mas com menor intensidade nesse ano. Para enfrentar esta situação, a Companhia mantém atenção redobrada na elaboração dos orçamentos das obras, procurando sempre que possível instituir gatilhos de proteção nos contratos, e ainda a adoção de uma política mais agressiva para contratação e manutenção dos talentos.

Vislumbramos o risco de no médio prazo, as grandes incorporadoras sofrerem com a falta de caixa para a conclusão das obras em andamento e lançamento de novos empreendimentos, causado principalmente pelo tempo necessário entre a conclusão da obra e o recebimento total do valor do imóvel, o que conseqüentemente gera desconfiança no mercado imobiliário e diminui a capacidade de investimento das empresas construtoras e afetando o mercado imobiliário como um todo.

Permanece, ainda, o risco específico da companhia relacionado com eventual descasamento de "timing" entre recebimento dos créditos que detém junto a diversos órgãos governamentais e pagamento dos débitos e execuções, todos em andamento no judiciário.

Esta questão se torna ainda mais relevante neste momento, pois será necessária a formalização de novo acordo para recomposição do fluxo de caixa, eis que o último acordo foi quitado em dezembro/2010, sendo necessários recursos extras para cumprimento da programação de pagamentos das dívidas, notadamente trabalhistas, fiscais, inclusive Refis, e ainda para garantir execuções em que estão sendo penhorados os dividendos dos acionistas.

Na avaliação dos administradores, o recebimento dos créditos e a recomposição da carteira para aumento do faturamento são os fatores determinantes para a recuperação da empresa, e tem sido gerenciado com muita dedicação e empenho, sobretudo na busca de investidores e de novas obras.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

A Companhia não vislumbra riscos em relação aos seus controladores, exceto em relação aos dividendos a receber que sofreram penhora para garantir execuções fiscais em andamento.

c) A seus acionistas:

Em relação aos acionistas, os riscos são os normais de mercado, afetando o preço das ações pela percepção de risco do mercado interno de ações, sua volatilidade e também pelo interesse de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

investidores pelas ações aumentando ou diminuindo o volume de negócios e também em relação aos dividendos a receber que sofreram penhora para garantir execuções fiscais em andamento.

d) As suas controladas e coligadas:

A empresa possui 6 (seis) empresas controladas direta ou indiretamente. Estas empresas, além dos riscos operacionais normais e dos riscos de mercado, estão sujeitas a riscos tributários principalmente pelos processos fiscais que se encontram em andamento. Esses riscos podem causar efeitos adversos nos seus resultados, podendo impactar no resultado final da Companhia.

e) A seus fornecedores:

Com a aceleração do nível de produção do setor de construção civil, há risco, mesmo que muito pequeno, de falta de alguns materiais e insumos, o que afetaria a capacidade dos fornecedores em atender toda a demanda, acarretando eventualmente, atrasos nos cronogramas de execução de obras.

f) A seus clientes:

A Companhia não vislumbra riscos em relação aos seus clientes.

g) Aos setores da economia:

Os países desenvolvidos prosseguem na luta para estabilizar suas economias, especialmente os Estados Unidos e os países da Comunidade Européia; o mundo árabe, com seus conflitos internos cada vez mais acirrados, reforçam a necessidade não só ecológica, mas também econômica, de se buscar energias alternativas; e, recentemente, a catástrofe que assolou o Japão, testará, mais uma vez, a capacidade desta economia se reconstruir.

Se por um lado, este cenário global de incertezas e desafios nos ameaça, já que estamos nele inseridos, por outro, representa a real possibilidade do Brasil consolidar sua posição de mercado emergente, alternativa para os investimentos internacionais, impulsionando nossa economia e possibilitando a conquista de taxas de crescimento em níveis compatíveis a se assegurar os recentes avanços sociais.

Evidente que o Brasil terá que superar os seus próprios desafios, especialmente o controle da inflação e das contas públicas, e, por mais paradoxal que possa parecer, a intensificação dos investimentos nas obras de infraestrutura e na formação e qualificação da mão de obra, o que evidentemente passa por uma revolução da educação básica, fatores reconhecidamente imprescindíveis para mudarmos, definitivamente, de patamar no cenário internacional.

Neste contexto, o maior risco está relacionado a um descontrole da inflação com impacto direto na renda do brasileiro e, em conseqüência, em todo setor produtivo, que, neste caso, seria afetado pela inadimplência e queda de vendas, o que desencadearia o já conhecido círculo vicioso que tantos estragos nos causaram, num passado, ainda recente. Tal risco deve ser controlado através de monitoramento permanente das diversas variáveis que influenciam a questão inflacionária e só pode ser enfrentado através de ações governamentais precisas e na dose certa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Mudanças na política econômica do governo federal podem alterar significativamente a decisão de investimento em novos imóveis, em infraestrutura e na capacidade de compra do brasileiro, podendo trazer impactos em nossos resultados operacionais e posição financeira.

h) A regulação dos setores em que o emissor atue:

A empresa não sofre regulação de nenhum órgão governamental.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue:

A empresa não atua em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Os riscos apresentados no item anterior são constantemente monitorados pela Empresa. Neste momento, a Companhia não possui expectativas de redução ou aumento dos riscos apresentados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a) juízo
- b) instância
- c) data de instauração
- d) partes no processo
- e) valores, bens ou direitos envolvidos
- f) principais fatos
- g) se a chance de perda é:
 - I. provável
 - II. possível
 - III. remota
- h) h. análise do impacto em caso de perda do processo
- i) valor provisionado, se houver provisão

Processos de natureza trabalhista:

juízo	8ª Vara do Trabalho de Campinas
instância	8ª Vara do Trabalho de Campinas
data de instauração	24/08/1994
partes no processo	Recte: José Luiz Gavião Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.419.700,76
principais fatos	Efetivado acordo com o reclamante com pagamento através de cessão de parcelas de precatórios do DER. O valor provisionado refere-se ao débito das contribuições previdenciárias que estão sendo discutidas nos embargos interpostos pela empresa, visando a redução do valor em execução.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.419.700,76

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Juízo	1ª Vara do Trabalho de Cubatão
instância	1ª Vara do Trabalho de Cubatão
data de instauração	08/08/1996
partes no processo	Recte: Francisco Xavier Carneiro Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 542.698,42
principais fatos	Penhorado precatório DER aguarda-se a transferência dos valores para garantia da execução. Interposto embargos visando a redução do valor em execução.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 542.698,42

juízo	5ª Vara do Trabalho de Campinas
instância	5ª Vara do Trabalho de Campinas
data de instauração	10/01/1994
partes no processo	Recte: Afonso Vicente Capellaro Recda: Construtora Lix da Cunha S.A.
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 476.076,12
principais fatos	Aguardando decisão judicial dos cálculos apresentados. Fase de perícia.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 476.076,12

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	2ª Vara do Trabalho de Guarulhos
instância	2ª Vara do Trabalho de Guarulhos
data de instauração	29/04/1994
partes no processo	Recte: Francisco de Paula Ceragioli Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 373.854,94
principais fatos	Determinada a penhora de faturamento, que está sendo depositado mensalmente. Aguardando completar a garantia (depósito do valor total da execução). Oferecido precatório.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 373.854,94

juízo	3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
instância	3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
data de instauração	21/06/2004
partes no processo	Recte: André Luis S. de Brito Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 329.788,82
principais fatos	Formalizado acordo com o reclamante, com pagamento através de crédito do precatório do DER (aguardando penhora e transferência do dinheiro.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 329.788,82

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	4ª Vara do Trabalho de Campinas
instância	4ª Vara do Trabalho de Campinas
data de instauração	15/07/1992
partes no processo	Recte: José Ribamar do Rego Barros Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 176.515,77
principais fatos	Efetivado acordo com o reclamante com pagamento através de precatório DER, sendo que aguarda-se a transferência do dinheiro. O valor provisionado refere-se ao débito das contribuições previdenciárias, não pagas e que aguarda andamento da execução, para indicação de precatório.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 176.515,77

juízo	7ª Vara do Trabalho de Campinas
instância	7ª Vara do Trabalho de Campinas
data de instauração	30/09/2011
partes no processo	Recte: José Canedo Recda: Construtora Lix da Cunha S.A.
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 154.791,41
principais fatos	Processo seguia em face da 1ª reclamada, em 19/10/2011.A Empresa recebeu mandado de citação e ofereceu bens à penhora para garantia da execução.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 154.791,41

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	4ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
instância	4ª Vara do Trabalho de Campinas/SP
data de instauração	20/09/2004
partes no processo	Recte: Ana Maria Cardoso O. Moraes Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 131.366,00
principais fatos	Formalizado acordo com o reclamante, com pagamento através de crédito do precatório do DER (aguardando penhora e transferência do dinheiro).
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 131.366,00

juízo	2ª Vara do Trabalho de São Bernardo
instância	2ª Vara do Trabalho de São Bernardo
data de instauração	
partes no processo	Recte: José Roberto Alves Recda: Construtora Lix da Cunha
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 105.728,13
principais fatos	Formalizado acordo com o reclamante, com pagamento através de crédito do precatório do DER (aguardando transferência do dinheiro). Prossegue a execução de R\$ 75.884,85 referente às verbas previdenciárias – já penhorado do crédito do precatório DER.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 105.728,13

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	1ª Vara do Trabalho de Cubatão
Instância	1ª Vara do Trabalho de Cubatão
data de instauração	25/09/1996
partes no processo	Recte: Humberto de Souza Recda: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 720.843,70
principais fatos	Prossegue a execução. Oferecemos bens.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 720.843,70

juízo	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro Purificação
instância	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro Purificação
data de instauração	
partes no processo	Recte: Miguel Capistrano Recda: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 614.700,00
principais fatos	Prossegue a execução. Tentando localizar bens da reclamada.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 614.700,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro Purificação
instância	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro Purificação
data de instauração	21/10/1993
partes no processo	Recte: Francisco R. de Jesus Rocha Recda: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 266.959,07
principais fatos	Prossegue a execução. Tentando localizar bens da reclamada.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 266.959,07

juízo	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro Purificação
instância	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro Purificação
data de instauração	19/05/1994
partes no processo	Recte: Raimundo Roberto L da Silva Recda: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 204.477,00
Chance de perda é:	Provável
principais fatos	Prossegue a execução. Tentando localizar bens da reclamada e diretores
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 204.477,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro da Purificação
instância	1ª Vara do Trabalho de Sto.Amaro da Purificação
data de instauração	09/07/1992
partes no processo	Recte: Clóvis dos Santos Gomes Recda: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 111.314,63
principais fatos	Prossegue a execução. Tentando localizar bens da reclamada.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 111.314,63

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Processos de natureza cível:**

juízo	7ª Vara Distrito Federal - Brasília
instância	7ª Vara Distrito Federal - Brasília
data de instauração	10/10/2000
partes no processo	Autor: União Federal Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17.163.550,61
principais fatos	Ação de cobrança referente ao ressarcimento da verba adiantada para construção da fábrica. Laudo pericial concluiu que há crédito para a Lix, e não débito. Sentença julgou parcialmente procedente o pedido. Aguardando decisão da apelação da Lix. Em março/2011, publicada sentença negando provimento aos embargos de declaração opostos pela União.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 17.163.550,61

juízo	Tribunal de Contas de Bento Gonçalves
instância	1ª
data de instauração	10/09/2002
partes no processo	Autor: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves Réu: Construtora Lix da Cunha S/A e outros
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.349.571,27
principais fatos	Medida cautelar de arresto em andamento. Tentando localizar imóveis.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso sobrevenha decisão desfavorável à empresa em valor superior ao provisionado, poderá ocorrer impacto patrimonial e financeiro. Entretanto, a companhia entende que o valor provisionado é suficiente para cobrir eventuais impactos negativos.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 6.674.785,64

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	22ª Vara Distrito Federal - Brasília
instância	22ª Vara Distrito Federal - Brasília
data de instauração	10/10/2000
partes no processo	Autor: União Federal Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.655.516,56
principais fatos	Ação de cobrança referente ao ressarcimento da verba adiantada para construção da fábrica. Sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos. Em fev/2011, publicada sentença acolhendo os embargos de declaração opostos pela União e pela Lix referente aos hon.advocatícios que serão arcados pela União. Em 25/07/2011 remetido ao TRF. Em 03/08/2011, conclusos para relatório e voto.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 2.655.516,56

juízo	2ª Vara Cível de Campinas
instância	Tribunal de Justiça de São Paulo
data de instauração	18/08/2000
partes no processo	Autor: Kallas Engª e Empreend. Ltda Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.381.597,37
principais fatos	Ação de cobrança, julgada parcialmente procedente, condenando a Lix a pagar R\$ 356.754,40 em fevereiro de 2003. Aguardando julgamento das apelações interpostas pelas partes. Em 14/12/2012 foi negado provimento à apelação da autora (Kallas) e parcialmente procedente ao da ré (Lix). Interposto Embargos de Declaração.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.381.597,37

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	2ª Vara Federal de Bauru
instância	Tribunal de Justiça de São Paulo
data de instauração	10/01/2002
partes no processo	Autor: Rede Ferroviária Federal S/A Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.130.014,00
principais fatos	Ação de despejo. Extinta a Rede Ferroviária e substituída pela União Federal. Tribunal de Justiça deu parcial provimento à apelação da Lix, anulando o processo a partir da sentença. Aguarda-se decisão do STJ do Recurso interposto pela União. Em 29/08/2012 negado seguimento ao recurso interposto pela União
se a chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso sobrevenha decisão desfavorável à empresa em valor superior ao provisionado, poderá ocorrer impacto patrimonial e financeiro. Entretanto, a companhia entende que o valor provisionado é suficiente para cobrir eventuais impactos negativos.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 565.007,00

juízo	8ª Vara Cível de Campinas
instância	8ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	22/09/2004
partes no processo	Autor: Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.117.729,33
principais fatos	Ação de execução de título extra-judicial. Aguardando avaliação do bem penhorado. Em 30/11/2012 – digam sobre o laudo.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.117.729,33

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	4ª Vara Fazenda Publica SP
instância	4ª Vara Fazenda Publica SP
data de instauração	04/04/2000
partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de São Paulo (CPOS) Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 919.320,48
principais fatos	Execução de honorários de sucumbência. A parte da Fazenda (50%) foi garantida com a penhora da 10ª parcela do precatório (4349/06) e a CPOS pediu penhora de faturamento da Construtora. Em 07/01/2013 Lix peticionou para que a CPOS aceite os precatórios oferecidos
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 919.320,48

juízo	7ª Vara Cível de Campinas
instância	7ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	29/07/2005
partes no processo	Autor: Bina Mandelman Basseches Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 612.903,69
principais fatos	Ação Monitória. Embargos julgados improcedentes. Em 28/10/2011 dado provimento ao recurso interposto pela Lix. Em 23/10/2012 negado seguimento ao recurso interposto pela Bina. Aguardando julgamento recurso especial.
chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja interposto recurso pelo autor e venha a ser modificada a sentença pelo Tribunal, haverá impacto patrimonial e financeiro para a empresa.
valor provisionado, se houver provisão	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	8ª Vara Cível de Campinas
instância	8ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	03/10/1995
partes no processo	Autor: Rema Construtora Ltda Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 564.856,85
principais fatos	Ação de Cobrança, julgada parcialmente procedente. Agravo da Lix provido para fixar o valor de R\$ 158.521,60 como o devido em maio de 2003. Em 18/11/2010 publicado sentença do Agravo de Instrumento interposto por Rema contra despacho denegatório de seguimento do Recurso Especial para que se inicie a execução provisória da parte incontroversa, devendo a Lix pagar o valor de R\$ 334.375,78 (maio/2009). Aguardando julgamento recursos.
chance de perda é:	Provável (no valor fixado pelo Tribunal)
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 564.856,85

juízo	30ª Vara Cível de São Paulo/SP
instância	30ª Vara Cível de São Paulo/SP
data de instauração	
partes no processo	Réu: CESP – Companhia Energética de São Paulo Autor: Construtora Lix da Cunha S.A.
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 322.349,07
principais fatos	Perdemos a ação. Em execução a sucumbência. Em 24/03/2011 - publicação - "aguarde-se provocação no arquivo". Em 03/06/2011 remetido ao arquivo geral.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 322.349,07

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	1ª Vara Cível de Campinas
instância	1ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	14/03/2005
partes no processo	Autor: Banco Credibel S/A Réu: Lix Incorporações e Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.216.228,19
principais fatos	Ação de execução. Oferecido bem para garantia da execução. Não houve manifestação da autora. Processo em arquivo provisório. Processo desarquivado em 2012.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso sobrevenha decisão desfavorável à empresa em valor superior ao provisionado, poderá ocorrer impacto patrimonial e financeiro. Entretanto, a companhia entende que o valor provisionado é suficiente para cobrir eventuais impactos negativos.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 2.608.114,10

juízo	14ª Vara da Fazenda Pública SP
instância	14ª Vara da Fazenda Pública SP
data de instauração	29/07/2003
partes no processo	Autor: Lix Incorporações e Construções Ltda Réu: Estado de São Paulo
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 740.368,14
principais fatos	Execução de honorários de sucumbência. Penhorado crédito do precatório do DER. Aguardando transferência do dinheiro.
se a chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 740.368,14

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	3ª Vara Cível de Campinas
instância	3ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	21/10/2003
partes no processo	Autor: Pruden Art Metalúrgica Ltda Réu: Lix Incorporações e Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 490.362,13
principais fatos	Ação de Execução. Processo em arquivo provisório desde 04/08/2009.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso sobrevenha decisão desfavorável à empresa em valor superior ao provisionado, poderá ocorrer impacto patrimonial e financeiro. Entretanto, a companhia entende que o valor provisionado é suficiente para cobrir eventuais impactos negativos.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 245.181,07

juízo	10ª Vara Cível de Campinas/SP
instância	10ª Vara Cível de Campinas/SP
data de instauração	
partes no processo	Autor: Banco Credibel Réu: Lix Incorporações e Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 300.791,74
principais fatos	Foi dado parcial provimento à contestação da Lix, para que seja expurgada a cobrança de juros acima do contratado, inclusive na fase de cobrança de comissão de permanência. Aguardando publicação do acórdão para interposição de recurso especial contra a capitalização de juros.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 300.791,74

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	10ª Vara Cível de Campinas
instância	10ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	23/10/2003
partes no processo	Autor: Condomínio Residencial da Colina Réu: Lix Empreendimentos e Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 447.595,15
principais fatos	Acordo sendo negociado, Processo em 2ª instância – aguardando julgamento da apelação da Lix.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 447.595,15

juízo	36ª Vara Cível de São Paulo
instância	36ª Vara Cível de São Paulo
data de instauração	18/12/2008
partes no processo	Autor: Edimon Ltda Réu: Lix Empreendimentos e Construções Ltda.
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 262.822,89
principais fatos	Penhora de 15% do faturamento da LE, sendo paga desde setembro/2010. Em 19/09/2011 juiz determinou a suspensão do pagamento da penhora de faturamento e deu prazo para o Autor se manifestar sobre os valores já depositados no prazo de 5 dias, sendo que não havendo manifestação, a ação será extinta. Em 11/01/2013 despacho para que a Lix retorne o pagamento da penhora de faturamento relativo ao saldo remanescente do débito.
se a chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 262.822,19

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	4ª Vara Cível de Campinas
instância	4ª Vara Cível de Campinas
data de instauração	29/06/1990
partes no processo	Autor: M.B.Mineradora Ltda Réu: Pedralix S/A Ind. e Comércio
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.857.993,21
principais fatos	Ação de rescisão de contrato de locação e perdas e danos. Pedralix foi condenada e o processo encontra-se em fase de execução. Processo arquivado em 04/01/2010. Desarquivado em 2012.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 10.857.993,21

juízo	1ª Vara Cível de Franco da Rocha/SP
instância	1ª Vara Cível de Franco da Rocha/SP
data de instauração	
partes no processo	Autor: Ivone Pereira Clementino Réu: Pedralix S.A. Indústria e Comércio
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 316.796,81
principais fatos	Em 24/08/2010 oferecido crédito precatório 4496/05 no valor da execução - R\$ 190.429,70. Não foi aceito pela Autora. Em 06/11 publicada intimação para que a Lix efetue o pagamento do montante da condenação. Oferecemos a 10ª parcela do precatório 1777/05 - aguardando manifestação.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor referente a este processo (em fase de execução) já está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão-somente impacto financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 316.796,81

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas
instância	2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas
data de instauração	
partes no processo	Autor: Cia de Saneamento Básico SP (SABESP) Réu: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.802.040,44
principais fatos	Aguardando citação.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso sobrevenha decisão desfavorável à empresa em valor superior ao provisionado, poderá ocorrer impacto patrimonial e financeiro. Entretanto, a companhia entende que o valor provisionado é suficiente para cobrir eventuais impactos negativos.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 901.020,22

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Processos de natureza tributária:**

Juízo	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
Instância	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	27/08/2007
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 48.915.043,45
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao IRPJ, ILL relativos ao exercício de 1991. Após a citação da empresa foram oferecidos bens a penhora, os quais foram rejeitados. Posteriormente, foi apresentada exceção de pré-executividade alegando o pagamento parcial do débito, a prescrição e a decadência da dívida. A fim de reforçar a nossa defesa, o escritório Mattos Filho foi constituído nos autos apresentando nova manifestação e, posteriormente o processo foi remetido à Procuradoria para manifestação sobre a nova petição apresentada. Em 31/01/2011, em consulta ao débito pelo site da PGFN, foi constatada a baixa da certidão de dívida ativa nº 80.2.07.010739-16 (no valor aproximado de R\$ 15 milhões), assim como a redução do valor da certidão de dívida ativa nº 80.2.07.010738-35 do valor aproximado de R\$ 60 milhões para R\$ 46 milhões, ou seja, foi obtida uma redução de aproximadamente R\$ 30 milhões de reais. Em nossa manifestação, requeremos que seja extinto, ou que a União comprove a vinculação dos débitos exigidos com a ação 92.0040881-8, enquanto não se comprove, requer a suspensão da exigibilidade do crédito visto que estão prescritos e suspenso pela decisão na cautelar 0014197-86.2010.4.03.0000. Os autos estão conclusos.
chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	02/07/2007
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.270.047,39
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao IRPJ do período correspondente ao exercício de 1992 e 1999 e da Cofins do período de 01/1995 e 03/2000. Após a citação da empresa foram oferecidos bens a penhora os quais foram recusados pela Exequente, que, em seguida requereu a penhora de créditos da empresa junto ao DERSA e após a penhora no rosto dos autos da ação judicial em trâmite para recebimento dos mencionados créditos foram opostos embargos à execução os quais aguardam julgamento. Com o advento da Lei 11.941/09, foi apresentada petição de desistência dos embargos em relação aos débitos considerados possíveis e remotos, mantendo-se a discussão somente no que tange ao débito cuja chance de êxito é provável, tendo em vista a adesão da empresa ao parcelamento previsto pela referida lei. Porém, no momento da consolidação do parcelamento a empresa optou pela não inclusão de tais débitos. Foi dado vista à exequente que ainda não se manifestou nos autos.
chance de perda é:	Remota (R\$ 13.641.326,96 – IRPJ-92)
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opr) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 8.312.164,52 correspondente a parte do débito considerada como perda possível e provável.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	24/04/2000
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 22.201.398,98
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao IRPJ do exercício de 1992. Aguardando penhora de bens para interposição de embargos, quando será argüida prescrição ou decadência. A Exequente requereu o reconhecimento de formação de grupo econômico, o qual foi indeferido.
chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor), haverá impacto patrimonial e financeiro relevante, tendo em vista o valor envolvido na execução fiscal.
valor provisionado, se houver provisão	

juízo	8ª Vara Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	8ª Vara Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	20/09/2010
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.563.712,42
principais fatos	Processo relacionado com discussão no processo 920026089-6, ou seja, se ganharmos a ordinária, não haverá débito desta execução. Após citação, a empresa ofereceu parte dos direitos creditórios decorrentes do processo 12580-53.1998.4.01.3400, os quais foram recusados pela Fazenda. Diante da recusa a oferta de bens, foi determinada a constrição eletrônica sobre ativos financeiros.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 8.281.856,21

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
Instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	29/06/1998
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.787.006,26
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo à COFINS correspondente ao período de 07/1995 a 08/1996. Após a penhora de bens pertencentes à empresa foram opostos embargos à execução fiscal, os quais foram julgados improcedentes. Entretanto, com o advento da Lei 11.941/09, a empresa incluiu referidos débitos no parcelamento previsto pela referida lei. Porém, no momento da consolidação do parcelamento a empresa optou pela não inclusão de tais débitos. Foi decidido que há formação de grupo econômico, determinado a inclusão no pólo passivo de todas as empresas coligadas e/ou controladas pela executada.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 11.787.006,26

juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
instância	1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
data de instauração	02/03/1998
partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de São Paulo – FESP Réu: Construtora Lix da Cunha S/A.
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.873.732,90
principais fatos	Execução fiscal ajuizada para a exigência de suposto débito relativo ao ICMS decorrente de auto de infração lavrado em face da empresa. Aguardando penhora de bens, quando será questionada a incidência deste tributo nas atividades da empresa.
chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor), haverá impacto patrimonial e financeiro, tendo em vista o valor envolvido na execução fiscal.
valor provisionado, se houver provisão	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	18/09/2008
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.231.716,11
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao PIS e a COFINS correspondentes ao período 04/2000 a 02/2003. Após a formalização de penhora sobre direitos creditórios pertencentes à empresa, foram opostos embargos à execução fiscal. Entretanto, com o advento da Lei 11.941/09, foi protocolizada petição requerendo a desistência de quaisquer defesas apresentadas, tendo em vista a adesão da empresa ao parcelamento previsto pela referida lei (novo Refis). Porém, no momento da consolidação do parcelamento a empresa optou pela não inclusão de tais débitos. Efetuada a penhora sobre direitos creditórios pertencentes à empresa, decorrentes de ação proposta em face do DERSA. Após a penhora foram opostos embargos a execução fiscal, que foram extintos em 1ª instância em razão do pedido de desistência para inclusão no parcelamento. Foi interposto recurso de apelação, o qual foi recebido em seu duplo efeito. Contra esta decisão a Fazenda apresentou Agravo de instrumento, o qual em julgamento monocrático decidiu por receber apelação somente no efeito do devolutivo. Apresentamos agravo interno contra esta decisão. Aguardando julgamento.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 5.115.858,06

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	9ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	25/05/2007
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.861.744,53
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo à CSLL correspondente ao período de 1990/1991, bem como referente ao PIS e a COFINS correspondentes ao período 01/2002 a 12/2003. Após a recusa manifestada pela Exeqüente, em relação aos bens oferecidos à penhora pela Executada, foi interposto Exceção de Pré-Executividade pleiteando a extinção dos débitos anteriores 18/08/2002, em razão da prescrição e desde então o processo aguardava julgamento. Em vista dos créditos apresentados pela empresa, o Procurador requereu a apresentação de informações acerca dos processos 91.0671048-4 e 98.001.100407-0. Porém, no momento da consolidação do parcelamento a empresa optou pela não inclusão de tais débitos.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 4.430.872,27

juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
instância	1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
data de instauração	22/07/2005
partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de São Paulo Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.939.225,60
principais fatos	Execução fiscal ajuizada para a exigência de suposto débito relativo ao ICMS decorrente de auto de infração lavrado em face da empresa. Aguardando penhora de bens, quando será questionada a incidência deste tributo nas atividades da empresa.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 4.469.612,80

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	24/04/2000
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.939.040,06
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo a diferenças apuradas no recolhimento do IRPJ e do PIS no exercício de 1992. Após a citação da empresa e diante da ausência de bens para garantia do juízo foi determinada a penhora sobre o faturamento da empresa. Em vista de tal decisão e com o início dos depósitos da penhora recaída sobre o faturamento, foram opostos embargos de devedor, alegando a decadência do crédito tributário, bem como a existência de depósitos judiciais vinculados as ações nº 92.0094217-2; 93.0003787-0 e 93.03.12153-8, em trâmite pela JFDF. Atualmente o processo aguarda julgamento dos referidos embargos.
chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 918.938,44 referente à parte do débito considerado como perda provável

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	21/09/2000
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.882.789,67
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao FINSOCIAL (04/1989 a 12/1991). Após a citação da empresa para pagamento do crédito tributário em questão, o processo prosseguiu com a tentativa de localização de bens. Com o advento da Lei 11.941/09, a empresa estuda a possibilidade de parcelamento do débito. Entretanto, no momento da consolidação do parcelamento, foi resolvido que tais débito não seriam incluídos. Foi decidido que há formação de grupo econômico, determinado a inclusão no pólo passivo de todas as empresas coligadas e/ou controladas pela executada. Foi interposto Agravo de Instrumento dessa decisão. Foi negado seguimento a este Agravo; aguarda-se o julgamento do Agravo Legal.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 2.941.394,84

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	21/10/1997
partes no processo	Autor: INSS / Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.259.090,23
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo à contribuição previdenciária correspondente ao período de 05/1994 a 04/1996. Após a recusa manifestada pela Exeqüente, em relação aos bens oferecidos à penhora pela Executada, o processo prosseguiu com a tentativa de localização de bens pertencentes à empresa. Entretanto, com o advento da Lei 11.941/09, a empresa incluiu os débitos no parcelamento previsto pela referida lei. No momento da consolidação do parcelamento, tais débitos não foram incluídos, sendo motivo de discussão administrativa (não disponibilizados no sistema quando da consolidação).
Se a chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 5.259.090,23

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
Instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	25/02/2002
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.165.780,74
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de débito correspondente ao FGTS do período de julho/1996 a abril/1999. Aguardando a penhora de bens para interposição de embargos, quando será alegado pagamento parcial. Foi protocolada petição requerendo intimação da CEF para apresentação da relação detalhada dos trabalhadores incluídos no débito, a fim de apurar valores que já foram pagos e os valores restantes para que seja incluído em eventual parcelamento.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 2.082.890,37

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	25/02/2005
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.879.239,78
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo à contribuição previdenciária correspondente ao período de junho/1996 a novembro/1998. Foi apresentada exceção de pré-executividade para a exclusão dos coexecutados bem para a redução da multa para 20%. Foram excluídos todos os coexecutados, bem como a exequente concordou com a redução da multa. Determinada a formação de grupo econômico entre as empresas.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3.879.239,78

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	25/02/1999
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.600.860,22
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao IRRF (06 a 12/1996). Após a citação da empresa para pagamento do crédito tributário em questão, o processo prosseguiu com a tentativa de localização de bens. Com o advento da Lei 11.941/09, o débito foi incluído no parcelamento previsto pela referida norma legal. Entretanto, no momento da consolidação do parcelamento, foi resolvido que tais débitos não seriam incluídos. O processo prossegue com a tentativa de localização de bens pertencentes a empresa.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.800.430,11

juízo	10ª Vara Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	10ª Vara Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	12/04/2011
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.446.051,55
principais fatos	Após a lavratura do auto de infração foram apresentadas defesas as quais foram julgadas improcedentes. Posteriormente o débito foi inscrito em dívida ativa, ocorrendo a citação da empresa em 29/06/2011. Em vista da citação recebida pela empresa foram oferecidos bens à penhora. A exequente recusou esses bens, e foi ordenado a expedição de mandado de penhora livre.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3.446.051,55

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
data de instauração	25/02/2005
partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Construtora Lix da Cunha S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.257.841,42
principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para a exigência de crédito tributário relativo à CSLL e IRPJ do período de 2000. Atualmente o processo aguarda julgamento do recurso interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Entretanto, com o advento da Lei 11.941/09, foi protocolizada petição requerendo a desistência do recurso administrativo, tendo em vista a adesão da empresa ao parcelamento previsto pela referida Lei (novo Refis). No momento da consolidação do parcelamento foi resolvido que tais débitos não seriam incluídos.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3.257.841,42

juízo	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
instância	5ª V. Especial. Execuções Fiscais Federais Campinas
data de instauração	11/09/2007
partes no processo	Autor: União (Fazenda Nacional) Réu: Lix Industrial e Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.437.218,60
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo ao IRRF; PIS; Cofins e CPMF correspondentes ao período de 04/1999 a 11/2004. Após a apresentação de exceção de pré-executividade alegando a prescrição, foi proferida decisão rejeitando-a. Diante dessa decisão, foi interposto agravo de instrumento e, desde então se aguarda julgamento. Entretanto, com o advento da Lei 11.941/09, foi protocolizada petição requerendo a desistência de quaisquer defesas apresentadas, tendo em vista a adesão da empresa ao parcelamento previsto pela referida lei (novo Refis). Porém, no momento da consolidação do parcelamento a empresa optou pela não inclusão de tais débitos.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3.218.609,30

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
data de instauração	28/01/2008
partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Lix Industrial e Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.517.104,54
principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para a exigência de crédito tributário relativo a contribuições previdenciárias do período de 12/1998 a 08/2005. Atualmente o processo aguarda julgamento do recurso interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Entretanto, com o advento da Lei 11.941/09, foi protocolizada petição requerendo a desistência do recurso administrativo, tendo em vista a adesão da empresa ao parcelamento previsto pela referida lei (novo Refis). Porém, no momento da consolidação do parcelamento a empresa optou pela não inclusão de tais débitos. Em 30/08/12 recebida execução e oferecido direitos creditórios do CAIC.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a empresa perca os embargos opostos (ou a opor) em valor superior ao provisionado, haverá impacto patrimonial e financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 5.758.552,27

juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Campinas
instância	5ª Vara da Justiça Federal de Campinas
data de instauração	08/07/1998
partes no processo	Autor: INSS / Fazenda Nacional Réu: CBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.557.533,33
principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de crédito tributário relativo à contribuição previdenciária do período de 11/1991 a 07/1995. Após a citação da empresa e a inclusão do débito no REFIS, houve o pagamento das parcelas durante determinado período até a exclusão da empresa do programa de parcelamento, prosseguindo a cobrança com a tentativa de localização de bens. Com o advento da Lei 11.941/09, a empresa analisa a possibilidade de inclusão dos débitos no parcelamento previsto pela referida lei. Este débito entrou no pedido de parcelamento, mas, como não foi consolidado, foi protocolizado requerimento administrativo de revisão o qual ainda não foi decidido.
se a chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 8.557.533,33

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	5ª Vara Federal de Campinas/SP
instância	5ª Vara Federal de Campinas/SP
data de instauração	06/12/2011
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: GBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.074.651,57
principais fatos	Após lavratura do auto de infração foi apresentada impugnação. Compensação do prejuízo fiscal além do limite de 30%. Em 04/2012 oferecido bens para garantia da execução.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 4.074.651,57

juízo	5ª Vara Federal de Campinas/SP
instância	5ª Vara Federal de Campinas/SP
data de instauração	07/08/1997
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: GBI Construções Ltda
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.023.015,42
principais fatos	Após a citação da empresa e, diante da ausência de bens para a garantia do juízo, foi determinada a inclusão dos diretores no pólo passivo da cobrança. Com efeito, foi apresentada exceção de pré-executividade em nome do diretor, ao qual foi rejeitada em Primeira Instância e acolhida em sede de agravo de instrumento, sendo, portanto, reformada a decisão monocrática para excluir o diretor do pólo passivo da ação. Em relação à empresa o processo prosseguiu com a tentativa de localização de bens suficientes à garantia do suposto débito.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3.023.015,42

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juízo	4ª Vara Execuções Fiscais Federais da Capital
instância	4ª Vara Execuções Fiscais Federais da Capital
data de instauração	18/01/2011
partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Lix Empreendimentos e Construções Ltda.
valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.152.546,38
principais fatos	Após a lavratura do auto de infração foram apresentados impugnação e recursos administrativos os quais foram julgados improcedentes, sendo que atualmente o débito foi inscrito em dívida ativa e a empresa foi citada nos autos da respectiva execução fiscal. Este débito entrou no pedido de parcelamento, mas como não foi consolidado, foi protocolizado requerimento administrativo de revisão o qual ainda não foi decidido.
chance de perda é:	provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o valor total da execução está provisionado, não haverá impacto patrimonial, mas tão somente financeiro.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3.152.546,38

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

a. juízo

b. instância

c. data de instauração

d. partes no processo

e. valores, bens ou direitos envolvidos

f. principais fatos

g. se a chance de perda é:

i. provável

ii. possível

iii. remota

h. análise do impacto em caso de perda do processo

i. valor provisionado, se houver provisão

Não há.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não há.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

- a. valores envolvidos
- b. valor provisionado, se houver
- c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa e suas controladas, estão relacionados no tópico 4.3

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do

país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. hipóteses de cancelamento de registro

d. outras questões do interesse dos investidores

. Não aplicável

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. Riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Os maiores riscos que a empresa está exposta são aumento exagerado dos preços dos insumos e materiais de construção e falta de mão-de-obra operacional, técnica e gerencial. Para mitigar tais riscos, que já são uma realidade, a Companhia tem tido cuidado redobrado na elaboração dos orçamentos das obras e sempre que possível instituído gatilhos de proteção nos contratos, além de adotar uma política mais agressiva para contratação e manutenção dos talentos.

Outro fator importante e que independe de qualquer ação da empresa, é a política de disponibilização de crédito. A abundância de crédito, principalmente o imobiliário, tem dado novo alento a economia e principalmente ao mercado da construção civil. Qualquer política de restrição ao crédito trará impactos significativos ao mercado imobiliário com a desaceleração na aquisição de imóveis novos e no mercado de infra-estrutura, mercado em que atuamos mais ostensivamente, impactando certamente nos resultados da Companhia.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. riscos para os quais se busca proteção;**
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge);**
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia não utiliza nenhum instrumento de proteção de riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alteração.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	18/05/1948
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve histórico do emissor

A Construtora Lix da Cunha S.A. foi fundada em 06 de janeiro de 1924, em Campinas, pelo engenheiro e arquiteto Lix da Cunha. A expansão e o crescimento da empresa, gradativos e firmes, levaram-na a tornar-se uma empresa diversificada, atuando em diferentes áreas.

Ao criar sua construtora, em janeiro de 1924, o engenheiro e arquiteto Lix da Cunha criava também uma referência arquitetônica que marcaria o horizonte e o desenvolvimento de Campinas.

A expansão e o crescimento da empresa, gradativos e firmes, levaram-na a tornar-se uma empresa diversificada, atuando em diferentes áreas como: empreendimentos, infra estrutura de loteamentos, construção de plantas industriais, terraplenagem, pavimentação e manutenção de estradas, pontes, viadutos, saneamento básico, construções habitacionais populares, edifícios residenciais e comerciais.

Empresa de capital aberto, inteiramente nacional, composta por suas controladas: Lix Empreendimentos e Construções Ltda., Lix Incorporações e Construções Ltda. e Lix Construções Ltda.

A Lix da Cunha cresceu devido principalmente a dois fatores básicos: a confiança que conquistou de seus clientes pela excelente qualidade de seus serviços e ao trabalho perseverante com alto grau de profissionalismo de sua equipe técnica.

No segmento de construções industriais, obteve grande destaque tendo sido responsável por contratos de vulto para importantes indústrias de diferentes setores da economia nacional, notadamente: química, petroquímica e farmacêutica, papel e celulose, automobilística e mecânica em geral, agroindústrias, produtos alimentícios, teste e de diversas outras atividades.

Paralelamente, executou importantes obras rodoviárias, com serviços de terraplanagem e pavimentação, construção de pontes e viadutos para órgãos públicos e estaduais e para clientes privados.

No setor de edificação tem atuação marcante na construção de edifícios residenciais e bancários, hospitais, escolas e em conjuntos habitacionais populares em diversas regiões do Estado de São Paulo.

E é assim, com a experiência de centenas de milhares de metros construídos, a vitalidade e o entusiasmo de uma jovem empresa, que a Lix atravessa firme e sólida o século 21. Ousando, inovando, propondo soluções versáteis e afinadas com as expectativas do moderno mercado imobiliário. E é por isso que, ao pensar em construtora, a marca Lix é lembrada com orgulho em todos os Estados por onde executou obras no Brasil.

Lix. Uma história a se orgulhar, um futuro a construir.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando⁶:

- a) Evento;
- b) principais condições do negócio;
- c) sociedades envolvidas;
- d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor;
- e) quadro societário antes e depois da operação.

Não há

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Não há

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7. Atividades do emissor.

7.1 Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas:

A Construtora Lix da Cunha S.A. e suas controladas têm por principal objeto social, o desenvolvimento de atividades relacionadas à área de construção civil, dedicando-se particularmente aos segmentos da construção pesada, terraplenagem e empreendimentos.

Lix Empreendimentos e Construções Ltda., é a empresa controlada pela Construtora Lix da Cunha S.A., responsável pela administração, construção e gerência de obras de terceiros, sob o regime SPE (Sociedade de propósito específico) podendo ou não fazer parte da sociedade. Além disso, também incorpora e constrói empreendimentos próprios.

Lix Construções Ltda., também controlada pela Construtora Lix da Cunha S.A., atua principalmente na área de infra-estrutura em loteamentos pelo regime de administração ou empreitada. Na área de pavimentação, fornece e aplica massa asfáltica, além de alugar máquinas e equipamentos, realiza ainda obras comerciais e industriais para o setor privado.

As demais empresas controladas pela Construtora Lix da Cunha S.A. – Lix Incorporações e Construções Ltda., Pedralix S.A. Ind. e Com., CBI Industrial Ltda. e CBI Construções Ltda. estão com suas atividades comerciais e produtivas paralisadas.

Objetivos atuais e futuros:

Os principais segmentos pretendidos são: Empreendimentos imobiliários em condomínios fechados ou não, loteamentos, edifícios residenciais e comerciais (clínicas, escritórios, etc.), lojas, shoppings pequenos e médios, além de infra-estrutura completa em terraplenagem e usina de asfalto.

O foco atual será a iniciativa privada, especialmente a busca de investidores para realização de empreendimentos, sendo que, neste primeiro momento a empresa participa através da construção da obra, administração e gerenciamento do empreendimento, e futuramente pretende participar das incorporações ingressando nas SPE's.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados:

Construção Civil:

Compreende execução de obras de construção ou reforma, por empreitada, subempreitada ou por administração, sejam comerciais, industriais ou residenciais de pequeno ou grande porte, obras de infra-estrutura, pavimentação e demais serviços relacionados a construção civil.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	2012	%	2011	%	2010	%
CONSTRUÇÃO CIVIL	15.398.373,00	100%	14.709.278,00	100%	11.073.183,00	100%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	2012*	%	2011*	%	2010*	%
CONSTRUÇÃO CIVIL	(5.513.482,00)	100%	(3.708.050,00)	100%	(7.315.277,00)	100%

* Resultado Operacional - excluído os efeitos financeiros líquidos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção:

O processo de produção é dividido normalmente em 3 (três) fases: Projeto, Orçamento e Execução.

A empresa é uma prestadora de serviços no campo de engenharia pesada, empreendimentos imobiliários e infra-estrutura, trabalhando normalmente sob encomendas e também por contrato de administração.

A mão-de-obra, na maior parte é própria, ocorrendo também a contratação de mão de obra de terceiros. Na área de infra-estrutura, temos a usina de asfalto própria que atende a demanda de obras da empresa e de terceiros.

A idade média das máquinas e equipamentos da sociedade gira em torno de 10 a 20 anos e sua depreciação acumulada é de aproximadamente 100%.

A tecnologia de construção é nacional e já amplamente testada e utilizada pelas empresas do setor

A manutenção das máquinas e equipamentos é feita em oficina própria, de forma preventiva, sem interrupção do processo de produção.

b. características do processo de distribuição:

Atendimento direto ao cliente na forma de prestação de serviços construção civil com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos.

Alguns serviços são executados com a sub-contratação de terceiros (sub-empregados) dependendo do nível de complexidade e especialização do trabalho a ser realizado, sempre com a supervisão e sob a responsabilidade da Companhia.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia está buscando ampliar sua participação principalmente na área de infra-estrutura através de novas parcerias em loteamentos e com investidores interessados no lançamento de novos empreendimentos horizontais e verticais. O foco da empresa está voltado principalmente para o setor privado, participando de obras públicas como subempreiteiro a fim de mitigar o risco da prestação de serviços para órgãos públicos em relação principalmente ao recebimento dos serviços prestados.

O anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento, que, como não poderia deixar de ser, conferiu importante destaque à construção civil, deu novo alento ao setor.

Afinal, o mercado em geral visualizou que a tendência é o aquecimento e crescimento do setor da construção civil, seja através das obras de infra-estrutura, imprescindíveis para a melhoria da competitividade do Brasil a nível do mercado globalizado, seja através do incremento das obras habitacionais, cuja demanda esteve reprimida ao longo das últimas décadas.

Com o aquecimento da economia e a expansão do crédito imobiliário além da manutenção do programa de governo “Minha Casa Minha Vida”, a expectativa do setor é muito otimista para o ano principalmente para os empreendimentos voltados para famílias de média e de baixa renda.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Somam-se a isso os significativos investimentos que serão necessários para reformar e construir novas instalações desportivas para receber a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, além de obras de infra-estrutura de transportes rodoviário, ferroviário e aeroportuário, fatos que deverão aquecer ainda mais o segmento de construção civil.

Este cenário favorável deverá aumentar a captação das empresas no mercado de capitais e principalmente impulsionando a geração de empregos e despertar o interesse de investidores em novos projetos e empreendimentos.

ii. condições de competição nos mercados

Os principais concorrentes na região de atuação da Companhia são:

- Hochtief do Brasil S.A.
- Construtora Coveg Ltda.
- Estacom Engenharia S.A.
- Racional Engenharia Ltda.
- Engeform S.A.
- Equipav S/A Pavimentação Engenharia Comercio
- CCPS – Construcap
- Construtora Estrutural Ltda.
- Rossi Residencial
- Constran
- Carioca Cristiani Nielsen
- Mendes Júnior
- Construtora Odebrecht
- Construtora Queiroz Galvão S.A.
- M.R.V.Engenharia
- Construtora Tecnisa
- MHN Construção e Comércio
- CCDI – Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário
- GNO – Empreendimentos e Construções.

Obs.: Em virtude de não compilação das empresas concorrentes em revistas especializadas, não possuímos todas as informações comparativas sobre as mesmas.

d. eventual sazonalidade

O faturamento da empresa apresenta uma estacionalidade mais marcante durante o período compreendido entre dezembro e março, quando o excesso de precipitações pluviométricas reduz o ritmo das obras de infraestrutura.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os principais insumos e matérias primas utilizados, são materiais de construção em geral. Existe uma enorme gama de fornecedores desses materiais nos quais a empresa efetua cotações e mantém relacionamento comercial. A aquisição dos materiais se dá pela seleção do melhor preço, das especificações e padrão de qualidade do fornecedor.

Não há regulamentação governamental que afete a Companhia até o momento.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços variam normalmente de acordo com a demanda e a concorrência do mercado.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;
- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;
- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades;

A Construtora Lix da Cunha S.A. e suas controladas não sofrem qualquer regulação estatal.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor;

A Construtora Lix da Cunha S.A. e suas controladas não operam no mercado externo.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor:

Não se aplica.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário:

Não há.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**8. Grupo econômico****8.1 Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:****a. controladores diretos e indiretos**

CONTROLADORES DIRETOS

ACIONISTA	CPF/CNPJ	AÇÕES ON	PARTICIP.	AÇÕES PN	PARTICIP.	TOTAL	PARTICIP.
FELIX ADMINISTR. PARTICIPAÇÕES S/A	68.425.669/0001-69	3.155	51,69%	0	0,00%	3.155	26,31%
TOTAIS		3.155	51,69%	0	0,00%	3.155	26,31%

CONTROLADORES INDIRETOS - ACIONISTAS DA FELIX ADMINISTR. E PARTICIPAÇÕES S/A

ACIONISTA	CPF/CNPJ	AÇÕES ON	PARTICIP.
JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA	68.379.114/0001-28	2.074 mil	33,97%
TOTAIS		2.074 mil	33,97%

b. controladas e coligadas

PARTICIPAÇÕES DIRETAS	% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
	2012	2011	2010
Lix Incorporações e Construções Ltda.	79,77	79,77	79,77
Lix Empreendimentos e Construções Ltda.	81,25	81,25	81,25
Pedralix S.A. Indústria e Comércio	87,29	87,29	87,29
Lix Construções Ltda.	0,01	0,01	0,01
CBI Construções Ltda.	91,09	91,09	91,09

PARTICIPAÇÕES INDIRETAS	% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
	2012	2011	2010
CBI Industrial Ltda.	91,02	91,02	91,02
Lix Incorporações e Construções Ltda.	16,44	16,44	16,44
Lix Empreendimentos e Construções Ltda.	15,69	15,69	15,69
Lix Construções Ltda.	79,76	79,76	79,76

c. participações do emissor em sociedades do grupo

Idem letra b.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

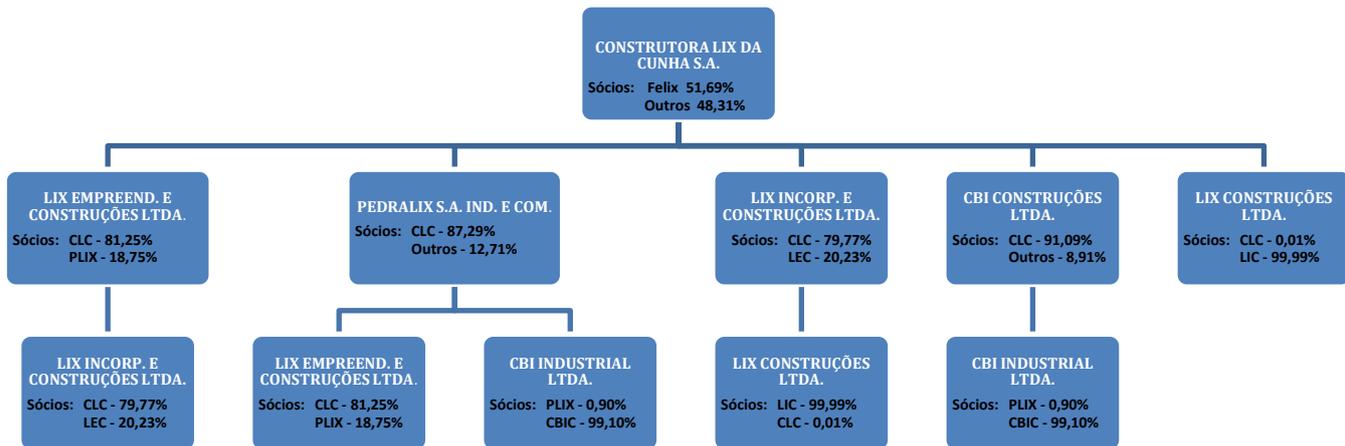
Não há.

e. sociedades sob controle comum

Não há.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2 Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1



Legenda: Felix – Felix Administração e Participação S.A.

CLC – Construtora Lix da Cunha S.A.

PLIX – Pedralix S.A. Ind. e Comércio

LEC – Lix Empreendimentos e Construções Ltda.

LIC – Lix Incorporações e Construções Ltda.

CBIC – CBI Construções Ltda.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes – outros**

Valores em R\$ mil	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CONSOLIDADO		
		2012	2011	2010
Terrenos:				
- Custo	0	968	1.133	33
- Reavaliação	0	959	959	960
Edifícios e Benfeitorias:				
- Custo	4%	41	41	362
- Reavaliação	4%	612	612	612
Máquinas e equipamentos	10%	6.906	6.150	6.670
Móveis e utensílios	10%	2.158	2.155	2.148
Veículos	20%	824	792	792
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20% a 35%	58	58	58
Outros	Diversas	1.088	1.073	1.046
TOTAL		13.614	12.973	12.681
Depreciações acumuladas		(9.369)	(9.040)	(8.726)
TOTAL		4.245	3.933	3.955

No ano de 2011 efetuamos inventário físico dos bens e procedemos à baixa dos valores históricos bem como da depreciação acumulada dos bens perecidos ou considerados obsoletos que não geram valor para a Companhia. Em 2010 foi baixado o imóvel denominado 6º andar do edifício Camp Tower, desapropriado pela União Federal através da Ação de Desapropriação n.º 98.061, cujo valor foi depositado em juízo e esta registrado no Realizável a longo prazo por R\$ 1.016 mil (R\$ 946 mil em 2010). A Companhia propôs Ação Judicial para discutir o valor da desapropriação, pois considera o preço pago muito inferior ao real valor de mercado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
USINA DE ASFALTO	Brasil	SP	Campinas	Própria
GRUA FM - 1025	Brasil	SP	Campinas	Própria
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Brasil	SP	Campinas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
CBI CONSTRUÇÕES LTDA	57.946.253/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Planejamento, construção e montagem de instalações industriais em geral, a execução de serviços de engenharia, envolvendo a elaboração de projetos, realização de projetos, realização e interpretação de estudos preliminares, escalonamento, cálculos, desenhos, plantas, especificações e demais serviços similares; a construção e empreitada de estrutura de aço e outros materiais de construção, inclusive importação e exportação.	91,090000
				Valor mercado				
30/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	0,01		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa paralisada								
LIX CONSTRUÇÕES LTDA	06.262.820/0001-38	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Serviços de construção civil em geral, inclusive terraplenagem, e pavimentação, serviços de atendimento e controle ambiental, sistemas de rede de baixa, média e alta tensão, vendas de serviços e usinados de asfalto, compra e venda de materiais de construção, concessão de serviços públicos e atividades afins às mencionadas.	0,010000
				Valor mercado				
30/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	12.524,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa especializada em construção pesada.								
LIX EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	51.885.200/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Desmembramento ou loteamento de terrenos; incorporação imobiliária, construção de imóveis destinados à venda.	81,250000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
30/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	13.677.265,87		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa especializada em incorporações e execução de obras por administração.								
LIX INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA	57.773.848/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Construção Civil, venda e compra de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de imóveis destinados à venda.	79,770000
				Valor mercado				
30/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	82.693.458,82		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa especializada em construção de obras comerciais								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2012 sem dúvida decepcionou vários setores da economia e não foi diferente com a construção civil. Apesar da manutenção dos programas do PAC e do Projeto Minha Casa, Minha Vida, o fato é que o Governo está longe de realizar os investimentos em infra-estrutura que efetivamente garantirão um crescimento sólido e permanente da economia.

Não obstante as boas intenções da Presidenta, o fato é que a União não tem feito a lição de casa e não tem enfrentado o que nos faz patinar há tanto tempo: a redução das despesas de custeio da máquina pública que continua inchada, burocrática e ineficiente e aumento significativo dos investimentos públicos nos pontos chaves para o Brasil definitivamente entrar no rol dos países desenvolvidos - educação, saúde e infra-estrutura.

Aliado às dificuldades da política interna, tivemos um ano de grandes desafios e desconfianças com as economias dos países do velho continente, bem como dos Estados Unidos que ainda se esforça para se recuperar da grave crise financeira que se abateu sobre os americanos.

E foi assim que todos receberam com desânimo e preocupação o aumento pífio de 0,5% do PIB brasileiro, e, paradoxalmente, a apuração de novo recorde na arrecadação fiscal, o que, evidentemente, coloca em risco todos os avanços que tivemos a partir da estabilidade monetária, iniciada com o Plano Real e reforçada com medidas nem sempre simpáticas, mas efetivas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, ameaçando, inclusive, as conquistas sociais, que podem até ser distribuídas pelo governo mas, como todos sabem, são gerados a partir dos setores produtivos.

A construção civil, especialmente o setor imobiliário, passou por desafios próprios, que aliás já haviam sido vislumbrados nos exercícios anteriores, como a escassez de mão de obra e o aumento de custos. É que mesmo com a queda significativa de lançamentos em 2012 em comparação a 2011, a construção dos empreendimentos lançados nos exercícios anteriores consumiram os recursos humanos disponíveis, até porque não houve ao longo do tempo a formação e preparação adequada de profissionais para este setor, havendo por isso carência de mão de obra de qualidade, desde engenheiros até os funcionários operacionais que migraram na década anterior para os outros setores da economia.

Os recentes estouros nos prazos e orçamentos de obras, acarretando os péssimos resultados apurados pelas incorporadoras que abriram seu capital ao mercado a partir do ano de 2007, são um alerta para a necessidade do controle rigoroso dos custos e para a criação de uma mentalidade de parceria saudável para todos, respeitando preços mínimos adequados e compartilhando os riscos da execução das obras, que não podem ser assumidos isoladamente pelas construtoras, pois, como se viu, o resultado é o nivelamento por baixo da qualidade das obras, perdas financeiras para os próprios incorporadores, bem como insatisfação dos clientes finais dos empreendimentos.

Diante deste cenário de estagnação da economia e diante de suas próprias dificuldades financeiras, que tem sido divulgada com total transparência para o mercado ao longo dos anos, o resultado foi um prejuízo de R\$ 7.800 mil.

Dentre as causas que impediram a empresa de atingir as metas fixadas, especialmente de aumento de faturamento, imprescindível para a empresa equilibrar seu resultado, pode-se apontar a restrição de formatos de contratação que a empresa pode se habilitar, ou seja a empresa só trabalha em empreendimentos e obras industriais e comerciais sob o regime de administração com teto (o que difere do sistema de Preço Máximo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Garantido que as incorporadoras tentam impingir sobre as construtoras, pois naquele o que se perde é a taxa de administração, ou seja o resultado buscado pela construtora, enquanto neste o risco é imputado totalmente à contratada que tem que arcar com eventual estouro dos custos, independente das causas, o que no nosso entendimento é inaceitável, injusto e, no nosso caso, inviável).

O resultado negativo obtido é decorrente ainda da falta de capital de giro mínimo para executar com mais tranquilidade as obras de infra-estrutura, havendo perdas significativas, por exemplo, pela simples penhora dos equipamentos da empresa (máquinas e caminhões), pois tal restrição deveria impedir apenas a venda do bem, mas muitas vezes, talvez por desconhecimento dos juizes, há o bloqueio total do veículo, inclusive de circulação e/ou licenciamento, demandando tempo e despesa para liberação do uso do bem, acarretando a necessidade de se sub-contratar serviços ou alugar os equipamentos, com aumento evidente dos custos.

A burocracia e as práticas ilegais verificadas na Prefeitura de Campinas, que inclusive culminaram com o afastamento de dois Prefeitos e a administração provisória pelo Presidente da Câmara, acabou gerando atraso muito além do razoável nos trâmites de aprovação dos empreendimentos na cidade de Campinas, onde tem se concentrado nossa atuação, tanto na fase inicial de aprovação dos projetos e de alvará de execução de obras, como na fase final da concessão do habite-se, acarretando a fuga de investidores e insegurança jurídica nos compradores de imóveis.

Também deve ser destacada a postura intransigente e persecutória da Procuradoria da Fazenda Nacional na busca da satisfação de seu crédito, que parece esquecer que a situação de inadimplência dos tributos foi causada pela inadimplência da própria administração pública, principalmente nas esferas federal e estadual. A atuação da Procuradoria nas execuções fiscais, respaldada pelas decisões judiciais que, em regra, deferem sem uma crítica adequada e independente como se espera do judiciário, tem sufocado o fluxo financeiro, impedindo a empresa de operar com o mínimo de programação, o que, evidentemente, coloca em risco o plano de recuperação que a administração vem tentando implantar com muito empenho e coragem.

Queremos, podemos e merecemos trabalhar!!! Mas a sanha arrecadatória tem sido tamanha que, sob o singelo argumento que as empresas formam grupo econômico, olvida-se que se todas estiverem fadadas a compor o pólo passivo das execuções fiscais, não haverá nenhuma empresa habilitada a operar, produzir e gerar recursos, inclusive para pagar tais débitos. O desafio tem sido demonstrar que esta situação afeta não apenas a empresa, mas a geração de empregos, de renda e de impostos que a recuperação pode significar, o que pode ser comprovado pela história da empresa e pelo que ela representou, não só para a cidade de Campinas, bem como no cenário nacional. A recuperação das empresas em dificuldade, desde que sérias e responsáveis, deveria ser um objetivo comum a ser partilhado por todos os órgãos da administração pública, que, infelizmente, tem uma visão míope de buscar aumentar a arrecadação a curto prazo, a qualquer custo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia (Capital de Terceiros /Passivo Total) manteve-se estável nos últimos anos em 85% de 2010 a 2012. A liquidez geral ((Ativo Circulante + Não Circulante) / (Passivo Circulante + Não circulante)) também permaneceu estável, entre 1,15 e 1,16 no período de 2009 a 2012.

Índice	2012	2011	2010
Grau de Endividamento do PL	85%	85%	85 %
Liquidez Geral	1,16	1,16	1,15

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**i. hipóteses de resgate**

Não há previsão de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Estimamos que com o aumento do nível de atividade e de geração de caixa da Companhia, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros correntes assumidos seja mantida.

No que se refere às dívidas oriundas do inadimplemento de contratos públicos, a Companhia permanecerá dependendo de novos acordos para que sejam liquidados os compromissos pendentes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia mantém permanente negociação com fornecedores a fim de ampliar os prazos de pagamento e, concomitantemente, tem diminuído os prazos concedidos aos seus clientes, a fim de melhorar a liquidez de seu fluxo de caixa.

No que tange aos investimentos de maior relevância, quando possível, a Companhia tem optado por fazê-los por meio do sistema de leasing ou Finame.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já mencionado nos itens anteriores, a Companhia pretende obter suas fontes de financiamento para capital de giro utilizando-se do seu fluxo comercial para atingir melhores resultados na relação entre pagamentos e recebimentos, quando insuficientes, buscaremos créditos junto a instituições financeiras com o menor custo possível.

Em relação aos investimentos em ativos não-circulantes a Companhia vem utilizando o sistema de leasing ou Finame, além do recebimento de seus créditos para fazer frente ao pagamento das dívidas, especialmente as de natureza tributária.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os contratos de empréstimos relevantes da Companhia são compostos por:

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONSOLIDADO (em R\$ mil)		
		2012	2011	2010
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	8.475	5.344	4.675
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	98	377	283
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	0	3.310	3.310
TOTAL		8.573	9.031	8.268
Parcela circulante		8.560	8.937	8.084
Parcela não circulante		13	94	184

O endividamento bruto em 31/12/2012 apresentou um aumento de 7,31% em relação à 31/12/2011, causado principalmente pela correção pela revisão das contingências judiciais da companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O endividamento bruto em 31/12/2011 apresentou uma redução de 8,75% em relação à 31/12/2010, causado principalmente pela ajustes decorrentes da consolidação do Refis.

O endividamento bruto em 31/12/2010 apresentou um aumento de 8,7% em relação à 31/12/2009, causado principalmente pela correção das obrigações trabalhistas e tributárias e pela revisão das contingências judiciais da companhia.

O endividamento bruto em 31/12/2009 apresentou uma redução de 7,5% em relação à 31/12/2008. Tal redução foi possível principalmente pelo pagamento de empréstimos e financiamentos bancários e pela adoção de índices de correção e juros adotados pelo judiciário, quando a dívida está sub judice.

Em 29 de Outubro de 2009, as empresas controladas CBI Construções Ltda., Pedralix S.A. Indústria e Comercio, Lix Empreendimentos e Construções Ltda., Lix Incorporações e Construções Ltda., assim como a Construtora Lix da Cunha S.A., formalizaram pedido de inclusão no parcelamento de débitos fiscais, baseados na Lei n.º 11.941/09. Em 2011 foi efetivada a consolidação do referido parcelamento, cujos benefícios alcançados com redução de multa, juros e encargos, além do pagamento de parte dos débitos com prejuízo fiscal foi de R\$ 32.685 na controladora e R\$ 38.760 consolidado. Os impostos incluídos no parcelamento já consolidados na PGFN em 31/12/2012, montam o valor de R\$ 8.622 (Controladora) e R\$ 12.987 mil (Consolidado).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As variações que merecem destaque nas Demonstrações de Resultados são as

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	dez/12	%	dez/11	%	dez/10	%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.398.373	100,0%	14.709.278	100,0%	11.073.183	100,0%
Custos Operacionais	-12.710.340	-82,54%	-9.482.376	-64,5%	-9.206.576	-83,1%
LUCRO BRUTO	2.688.033	17,46%	5.226.902	35,5%	1.866.608	16,9%
DESPESAS OPERACIONAIS						
Honorários da Administração	-895.680	-5,8%	-840.680	-5,7%	-839.136	-7,6%
Contingencias Trabalhistas	-71.993	-0,5%	-152.811	-1,0%	-256.878	-2,3%
Gerais e Administrativas	-6.389.535	-41,5%	-5.928.292	-40,3%	-7.576.417	-68,4%
Tributárias	-214.902	-1,4%	-1.700.260	-11,6%	-271.216	-2,4%
Depreciações e Amortizações	-329.405	-2,1%	-312.909	-2,1%	-238.237	-2,2%
TOTAL	-8.201.515	-51,3%	-8.934.951	-60,7%	-9.181.884	-82,9%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS						
Receitas Financeiras	17.278.828	112,2%	12.990.311	88,3%	46.830.722	422,9%
Despesas Financeiras	-20.476.792	-133,0%	-21.881.501	-148,8%	-35.222.382	-318,1%
Prov.p/ Contingências		0%	-1.597.629	-10,9%	-6.940.040	-62,7%
Prov.p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-981.428	-6,4%	3.560.266	24,2%	-1.700.538	-15,4%
TOTAL	-4.179.392	-27,2%	-6.928.553	-47,1%	2.967.762	26,8%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	-9.692.874	-62,9%	-10.636.603	-72,3%	-4.347.515	-39,3%
Outras Resultados Operacionais	1.551.049	10,0%	9.800.681	66,6%	-656.712	5,9%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	-8.141.824	-52,9%	-835.922	-5,7%	-3.690.803	-33,3%
Participação dos Minoritários	341.907	2,2%	199.910	1,4%	471.254	4,3%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	-7.799.917	50,7%	-636.012	4,3%	-3.219.549	-29,1%

seguintes:

Receita Líquida

No ano de 2012, o faturamento avançou 4,68% sem aumento significativo com relação ao ano de 2011.

Custo das Vendas

Em 2012 os custos apresentaram um aumento significativo tendo representado 82,54% da receita líquida diante da representatividade em 2011 de 64,47% da receita líquida, ficando ao nível da relação apresentada em 2010 que foi de 83,14%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2011 os custos apresentaram uma redução significativa, provocada principalmente pelo maior nível de absorção dos custos fixos, ficando em 64,47% da receita líquida ante 83,14% no ano anterior.

Em 2010 os custos médios unitários permaneceram praticamente estáveis em 2010, diferentemente de 2009 em que foram ligeiramente mais altos, mas integralmente absorvidos pelo nível de atividade operacional da empresa.

Lucro Bruto

Em 2012 a empresa, em função do resultado analisado acima, voltou ao nível de lucratividade apresentada no ano de 2010.

Em 2011 a empresa apresentou uma lucratividade bruta bem melhor que nos outros anos, que ficaram com índices praticamente estáveis. A lucratividade dos serviços prestados em 2010 foi ligeiramente mais alta se comparada a 2009 e tende a melhorar ainda mais com o aumento de faturamento, principalmente pela maior absorção de custo fixo e melhorias na performance operacional.

Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2012 as Despesas Operacionais em valores nominais, tiveram redução da ordem de 8,21% sendo que na proporção da receita, representou 51,3% revelando diminuição de 9,4% em relação ao ano de 2011.

As Despesas Operacionais em 2011 permaneceram praticamente estáveis, sendo que houve uma importante redução nas Despesas Administrativas, provocadas pela revisão dos custos administrativos e pelo corte de despesas desnecessárias.

As Despesas Operacionais em 2010 apresentaram alta devido a reajuste de salários e recomposição dos quadros técnicos da empresa. Em 2009 apresentou recuo de R\$ 6.705 milhões, puxados principalmente pela reversão de despesas com contingências trabalhistas e pela redução de R\$ 2.992 nas despesas Gerais e Administrativas.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro reflete basicamente os efeitos da correção dos direitos creditórios que a Companhia tem junto aos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, frente as correções das obrigações com fornecedores vinculados aos créditos, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia obteve um relevante crescimento em suas receitas, decorrente do aumento das obras de infraestrutura e na produtividade em sua usina de asfalto, desde que foram retomadas suas operações em 2009, além da execução das obras por administração durante o período.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2012, permanece o histórico do ano de 2011, tendo o faturamento em valores nominais aumentado 4,69% em relação ao ano de 2011.

Em 2011, devido ao maior número de obras de infraestrutura, o faturamento da companhia apresentou elevação de 32,8% em relação ao ano anterior. Todo o faturamento é oriundo de obras para a iniciativa privada

Em 2010 o resultado da Companhia foi afetado principalmente pelo baixo nível de faturamento e pelo aumento nas provisões para contingências, já em 2009 os resultados operacionais foram afetados positivamente principalmente pela redução das Despesas Operacionais que apresentaram recuo de R\$ 6.705 milhões, puxados principalmente pela reversão de despesas com contingências trabalhistas e pela redução de R\$ 2.992 nas despesas Gerais e Administrativas.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2012.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houveram.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os auditores independentes formularam ênfase no Parecer de Auditoria de 31/12/2012 quanto a:

Ênfases: **a)** Nos últimos três exercícios, a Companhia apurou prejuízos (R\$ 7.800 em 2.012, R\$ 636 em 2.011, e R\$ 3.219 em 2.010) com redução de R\$ 11.655 no Patrimônio Líquido no acumulado desses três exercícios, situação esta que somente poderá ser revertida mediante a adoção de medidas que enfatizem, entre outras, o aumento das receitas, a redução dos custos fixos e o aporte de capital, aliados à melhoria substancial de sua margem operacional, afim de não comprometer o desenvolvimento de suas atividades operacionais; **b)** Conforme mencionado na nota explicativa n.º “02.k” a Companhia, na forma do CPC n.º 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros; **c)** A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro; e, **d)** A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

Em 2011 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfases: **a)** Conforme mencionado na nota explicativa n.º “02.k” a Companhia, na forma do CPC n.º 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

b) A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro.

c) A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

Em 2010 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfase: a) *Conforme mencionado na nota explicativa nº “02.k” a Companhia, na forma do CPC nº 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros.*

b) A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro.

c) A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

Os auditores independentes formularam ressalva no Parecer de Auditoria de 31/12/2009 quanto a:

“não apresentação do livro de apuração do lucro real atualizado e devidamente escriturado, demonstrando os prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas da contribuição social que justificam o não recolhimento de referidos tributos sobre o lucro contábil apurado. Embora as receitas da Companhia e Controladas em grande parte podem ser diferidas até o efetivo recebimento do numerário, por serem oriundas de contratos com órgãos públicos, o que provavelmente ocasionará o diferimento desses tributos, as bases de cálculo desses impostos e, conseqüentemente, a apresentação dos respectivos livros fiscais, estão suscetíveis de revisão por parte da Receita Federal do Brasil dentro dos prazos prescricionais e, sua não apresentação, está sujeita a cobrança de valores arbitrados.”

A empresa contratou escritório de assessoria especializada, e, em 2010, regularizou a escrituração ressaltada.

Os auditores independentes formularam ainda os seguintes parágrafos de ênfase em 2009:

“Tendo em vista as deficiências de capital de giro e, conseqüentemente, as dificuldades financeiras geradas pelo não recebimento nos prazos contratados dos ativos em referência, é de fundamental importância para o sucesso das operações futuras da companhia que sejam mantidas as medidas voltadas ao saneamento financeiro e a recuperação da lucratividade, empreendidas pela

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor *Administração nos últimos exercícios. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da entidade continuar operando.*

Conforme nota explicativa n.º 9/b, a empresa realizou transações com partes relacionadas motivadas por circunstâncias diferentes daquelas normais do negócio, as quais normalmente não seriam realizadas com partes não relacionadas. Os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado, caso praticáveis.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Dentre as políticas contábeis adotadas, a Companhia considera crítica as seguintes:

1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONSOLIDADO EM R\$ MIL		
	2012	2011	2010
Faturas a vencer e serviços a faturar	2.857	1.856	1.454
Créditos vencidos antes de 01/Janeiro/2008	351.943	337.605	367.597
(-) Provisão para perdas eventuais	(38.854)	(35.598)	(41.902)
TOTAL	315.946	303.863	327.149
Parcela circulante	315.102	303.067	326.436
Parcela não circulante	844	796	713

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos organismos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal. No presente exercício a administração junto com seus assessores jurídicos promoveu uma revisão dos saldos no sentido de identificar ajustes nos valores a receber de clientes em processos judiciais, visando adequar os saldos a expectativa de realização dos créditos. Os créditos estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, de acordo com a legislação em vigor, e quando for o caso em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes.
- Do valor total da provisão para perdas (consolidado) registrada em 31 de Dezembro de 2012 no montante de R\$ 38.854 consolidado (2011 – R\$ 35.598) refere-se a valores constituídos com base nos históricos de descontos concedidos aos clientes e em acordos anteriormente firmados. Referido valor também levou em consideração a possibilidade

10.5 - Políticas contábeis críticas

de perda eventual do total ou parte do valor do crédito que resultou na variação de R\$ 3.256 em relação ao saldo registrado em 31 de Dezembro de 2012 no consolidado. Na controladora, tal variação foi de R\$ 3.190.

- Estão em andamento diversos processos de cobrança judicial relacionadas a clientes (Controladora), os quais ainda não têm o trânsito em julgado e, portanto, somente parte deles estão registrados contabilmente, cujos saldos consolidados e atualizados em 31 de Dezembro, são os seguintes:

AÇÕES NAS ESFERAS:	ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DAS AÇÕES		
	31/Dez./2012	31/Dez./2011	31/Dez./2010
Federais	983.631	891.232	797.487
Estaduais	402.013	386.983	391.310
Municipais	24.236	23.717	38.990
Outros	9.596	8.584	10.073
TOTAL	1.419.476	1.310.516	1.237.860

2. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das suas operações. As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas consideradas prováveis nesses processos, os quais estão relacionados a questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A provisão foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor total das provisões para contingências e os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, estavam compostos da seguinte forma:

	CONSOLIDADO EM R\$ MIL		
	2012	2011	2010
Provisões contabilizadas	38.038	32.973	26.341
- Depósitos judiciais	(2.753)	(2.366)	(1.737)
- Provisões líquidas	35.285	30.607	24.604

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processo fiscal de natureza tributária. As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, com base nas premissas que são informadas, são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas. Nesse sentido, também estão incluídos processos trabalhistas e previdenciários de contingências envolvendo diversas

10.5 - Políticas contábeis críticas

reclamações trabalhistas propostas por ex-empregados em relação a questões salariais, tais como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e manutenção de controles internos eficazes para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como pela avaliação em conjunto com a auditoria externa da eficácia desses controles. A preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um processo desenvolvido pelo setor de contabilidade e controladoria, sob a Supervisão do Gerente de Controladoria, da Administração da Companhia e da Auditoria Externa e executados pelos administradores e funcionários a fim de fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis para uso externo são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

São adotados procedimentos que buscam assegurar:

1. O correto registro de todos os fatos contábeis, com detalhamento razoável a fim de refletir satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia;
2. Que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia.

Devido às limitações próprias dos controles internos, ocasionalmente podem ocorrer que erros não sejam detectados oportunamente a fim de serem evitados, no entanto, esses erros sempre que detectados são corrigidos a fim de refletir da melhor forma a posição financeira e patrimonial da Companhia.

A fim de melhorar cada vez mais o nível de eficiência dos processos e controles internos, a Companhia investiu pesadamente na aquisição de novo sistema de gestão (ERP TOTVS), na formatação de novos procedimentos e no treinamento de funcionários. Vale ressaltar que, mesmo os sistemas e procedimentos considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

A Administração em conjunto com a Auditoria Externa avaliaram os controles internos da Companhia referente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e concluiu que os controles internos da Companhia são suficientemente eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há previsão e não há investimentos significativos em andamento.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão e não há desinvestimentos significativos em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados

Não há

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

11.1 As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
 - b. período projetado e o prazo de validade da projeção
 - c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
 - d. valores dos indicadores que são objeto da previsão
- A companhia não elabora ou divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12. Assembléia geral e administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê

De acordo com as disposições do estatuto social da Companhia (art. 9º e seguintes) a administração da sociedade será composta e terá as seguintes atribuições:

1. A administração da sociedade será composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com as disposições dos Estatutos Sociais da Companhia.
2. O Conselho de Administração será composto de três a seis membros, com a denominação de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiros, obrigatoriamente acionistas e residentes no País, eleitos pela assembléia geral para um período de 03 (três) anos, possibilitada a reeleição. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 3 membros.
3. A Diretoria será constituída de dois a quinze membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para um mandato de 3 (três) anos permitida a reeleição, sendo um Diretor Superintendente e os demais designados como Diretores. Atualmente a Diretoria Executiva da Companhia é composta por 3 membros.

Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições, observadas nesse ponto, as determinações estatutárias, especialmente o disposto nos artigos 18 e 19 e seus parágrafos;
- c) deliberar, por proposta da diretoria, sobre: - a estrutura orgânica da Empresa; - autorização para a instalação de filiais, agências, escritórios e representação da Empresa; - participação da Empresa em outras sociedades; - alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais sobre bens imóveis;
- d) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos, podendo sustar aqueles ainda não concretizados definitivamente ou passíveis de revogação;
- e) convocar assembléia geral nos casos da lei ou quando achar conveniente;
- f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas de diretoria;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- g) por determinação do Presidente ou por iniciativa de qualquer Conselheiro ou ainda, a pedido da diretoria, manifestar-se previamente sobre os atos que envolvam investimentos, aquisição de bens ou obrigações para a Sociedade, de vulto ou de relevância;
- h) designar o diretor com funções de relações com o mercado;
- i) deliberar sobre o aumento autorizado do capital social, observado o disposto nos presentes Estatutos;
- j) escolher e destituir os auditores independentes;
- k) conceder licença a conselheiro e/ou diretor, bem como autorizar o custeio pela sociedade, de viagens sem serem de serviço, dos mesmos, desde que haja interesses para a empresa;
- l) designar diretor ou diretores com a função específica de outorgar, isolada ou conjuntamente, os instrumentos de procuração da Sociedade, nos termos do artigo 19, parágrafos 7º e 8º destes Estatutos;
- m) autorizar a aquisição e alienação de ações próprias pela Sociedade, nos termos da legislação vigente e das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- n) autorizar a sociedade a emitir títulos de crédito negociáveis no mercado ("Comercial Papers") sob as condições previstas na legislação e normas baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar e presidir reuniões do Conselho de Administração;
- b) assinar o edital de convocação da assembleia geral e presidi-la.

A Diretoria em conjunto, dentro de seus poderes para administrar e gerir os negócios e interesses da Sociedade, cabe:

- a) estabelecer e modificar o regimento interno da Sociedade, respeitadas, contudo, as atribuições estabelecidas nestes Estatutos ou determinadas pelo Conselho de Administração;
- b) deliberar, com autorização prévia do Conselho de Administração, sobre a instalação ou extinção de agências, filiais e manutenção de representações da Sociedade;
- c) apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária perante a qual prestará suas contas, relatório sobre os negócios sociais, acompanhado das demonstrações financeiras e outros documentos exigidos e de manifestação do Conselho de Administração;
- d) propor ao Conselho de Administração as importâncias destinadas ao fundo de reservas e a quaisquer outros fundos que venham a ser criados.

Sem prejuízo das proibições legais, é vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) em nome da Empresa, prestar fiança, dar caução, avais ou endossos de favor em negócios alheios ou estranhos ao objeto social;
- b) utilizar o nome da Sociedade em transações alheias ou estranhas ao interesse social;
- c) praticar atos de liberalidade à custa da Sociedade;
- d) tomar dinheiro emprestado da Sociedade sem prévia autorização da Assembléia Geral ou Conselho de Administração.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não há nenhum comitê instalado até o momento.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

O Conselho de administração anualmente se reúne para avaliar o desempenho da Companhia, a partir de critérios e das diretrizes estratégicas traçadas pelo próprio Conselho. Essa avaliação tem por objetivo principal reavaliar e se necessário readequar as estratégias traçadas para o próximo exercício. Cabe também ao Conselho de Administração avaliar, através de critérios definidos pelo próprio Conselho, a Diretoria Executiva para mensurar o desempenho de cada diretor e o alinhamento com a estratégia da empresa.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete a dois diretores escolhidos pelo Conselho de Administração, assinar, conjuntamente, em nome da Sociedade, escrituras públicas ou particulares de alienação, promessa de alienação, hipoteca e outros ônus reais, aquisições e promessa de aquisição, relativa a bens imóveis, pertencentes ao ativo imobilizado da sociedade, bem como a prestar fiança em nome da Sociedade, para quaisquer fins, desde que tais atos estejam previamente aprovados pelo Conselho de Administração. Os diretores poderão ser substituídos, para a finalidade por procurador expressamente constituído pela Empresa, com poderes restritos aos atos a serem praticados.

Compete aos Diretores, indistintamente, mas sempre dois em conjunto:

- a) movimentar as contas da Sociedade em estabelecimento de crédito, emitindo e endossando cheques e ordens de pagamento;
- b) emitir, aceitar, avalizar e endossar, em nome da Sociedade, notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente em relação aos negócios sociais;
- c) assinar em nome da Sociedade, contratos financeiros em geral.
- d) Assinar em nome da sociedade escrituras públicas ou particulares de alienação, promessas de alienação, hipotecas e outros ônus reais,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

aquisição e promessas de aquisição relativas aos bens imóveis não pertencentes ao ativo imobilizado da sociedade.

Compete privativamente ao Superintendente ou Diretor designado para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos temporários, enquanto durar a substituição:

- a) presidir as reuniões da Diretoria, podendo, no entanto, delegar essa atribuição a qualquer diretor;
- b) ordenar as atividades da Diretoria, de modo a integrá-las e harmonizá-las com a orientação geral e atribuições fixadas pelo Conselho de Administração;
- c) intervir na solução de qualquer assunto e na realização de qualquer negócio e na prática de qualquer ato da Empresa de competência de Diretor, avocando para si a decisão;
- d) nomear comitês para estudo e parecer sobre assunto relevante, previamente à decisão;
- e) nomear e destituir consultores, assessores e Diretores-Funcionários executivos, fixando-lhes honorários e remuneração.

Compete a qualquer Diretor individualmente:

- a) aceitar e autorizar contratos de empreitadas de obras e de locação ou de prestação de serviços em geral;
- b) receber e dar quitação de valores devidos a Sociedade passando o competente recibo;
- c) fazer depósitos ou levantamentos de cauções e retenções pela Sociedade perante terceiros e garantidores de contratos ou de participação em licitações;
- d) aceitar duplicatas de faturas e outros títulos relativos e fornecimentos de materiais, máquinas, ferramentas e veículos, feitos à Sociedade;
- e) assinar e sacar duplicatas de faturas e outros títulos emitidos pela Sociedade e relativos a fornecimentos a seus clientes;
- f) assinar a correspondência comum ao giro dos negócios sociais, bem como assinar guias e outros documentos fiscais perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais ou entidades autárquicas e de economia mista.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

O desempenho dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, é avaliado a partir de critérios e diretrizes traçadas pelo próprio Conselho. Essa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

avaliação tem por objetivo principal aprimorar o desempenho geral do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

A Companhia atende o disposto na Lei nº 6.404/76:

“Art. 124. A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

§ 1º ...

II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.”

b. competências

Conforme disposto nos Estatutos Sociais da Companhia:

ARTIGO 14 - Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar e presidir reuniões do Conselho de Administração;
- b) assinar o edital de convocação da assembleia geral e presidi-la.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais ficam à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Av. Paulista, 2073, sl. 803, Ed. Horsa I, São Paulo/SP, na página da web da Companhia (www.lix.com.br/investidor.aspx) e na página da web da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

d. identificação e administração de conflitos de interesses

No que se refere a eventuais conflitos de interesses dos acionistas, a Companhia observa o disposto na Lei 6404/76, conforme segue:

“Art. 115. O acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.

§ 1º - O acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular) ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

§ 2º - se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social) poderão aprovar o laudo) sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do Art. 8º

§ 3º - O acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto) ainda que seu voto não haja prevalecido.

§ 4º - A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.”

Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

- e. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Observar-se-á o disposto no § 1º do artigo 126 da Lei 6404/76, conforme transcrito abaixo:

“Art. 126. ...

§ 1º - O acionista pode ser representado na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condomínios

§ 2º - O pedido de procuração, mediante correspondência, ou anúncio publicado, sem prejuízo da regulamentação que sobre o assunto vier a baixar a Comissão de Valores Mobiliários, deverá satisfazer aos seguintes requisitos:

- a) conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido;
- b) facultar ao acionista o exercício de voto contrário à decisão com indicação de outro procurador para o exercício desse voto;
- c) ser dirigido a todos os titulares de ações cujos endereços constem da companhia.

§ 3º É facultado a qualquer acionista, detentor de ações, com ou sem voto, que represente meio por cento, no mínimo, do capital social, solicitar relação de endereços dos acionistas, para os fins previstos no § 1º, obedecidos sempre os requisitos do parágrafo anterior.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

§ 4º - Têm a qualidade para comparecer à assembléia os representantes legais dos acionistas.”

- f. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há.

- g. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há.

- h. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário de São Paulo - SP	28/03/2013
		Diário Oficial do Estado - SP	28/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de São Paulo - SP	11/04/2013
			12/04/2013
			13/04/2013
		Diário Oficial do Estado - SP	11/04/2013
			12/04/2013
			13/04/2013
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de São Paulo - SP	07/05/2013	
	Diário Oficial do Estado - SP	07/05/2013	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	21/03/2012
		Jornal da Tarde - SP	24/03/2011
			21/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/04/2012
			11/04/2012
			12/04/2012
		Jornal da Tarde - SP	10/04/2012
			11/04/2012
			12/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	03/05/2012
Jornal da Tarde - SP		04/05/2012	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação do Conselheiro-Presidente, instalando-se e deliberando com a presença da maioria dos seus membros.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa o disposto na Lei 6404/76, conforme segue:

“Art. 115. *O acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.*

§ 1º - *O acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular) ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.*

§ 2º - *se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social) poderão aprovar o laudo) sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do Art. 8º*

§ 3º - *O acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto) ainda que seu voto não haja prevalecido.*

§ 4º - *A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.”*

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não há

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
RENATO ANTUNES PINHEIRO	82	Pertence apenas à Diretoria	04/10/2013	3 ANOS
014.519.958-49	ENGENHEIRO	DIRETOR ESTATUTÁRIO	04/10/2013	Não
ELIAS ABRÃO AYEK	50	Pertence apenas à Diretoria	04/10/2013	3 ANOS
068.590.858-51	CONTADOR	12 - Diretor de Relações com Investidores	04/10/2013	Não
FAUSTO DA CUNHA PENTEADO	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/09/2013	03 anos
021.037.028-91	EMPRESÁRIO	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	25/09/2013	Não
MARCO ANTONIO FERREIRA DA COSTA	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/09/2013	03 anos
046.343.688-11	ENGENHEIRO CIVIL	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/09/2013	Não
DAVID RODOLPHO NAVEGANTES NETO	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/09/2013	03 anos
697.238.777-91	ECONOMISTA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/09/2013	Não
MOACIR DA CUNHA PENTEADO	62	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	25/09/2013	03 anos
268.860.308-68	EMPRESÁRIO	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	25/09/2013	Não
MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI	47	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	25/09/2013	03 anos
050.299.598-07	ADVOGADA	DIRETORIA JURÍDICA	25/09/2013	Não
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
RENATO ANTUNES PINHEIRO - 014.519.958-49				

01 – NOME: RENATO ANTUNES PINHEIRO – D. N. 31-07-1927

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

1952 – ENGENHEIRO CIVIL – FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- 1952 / 1956 – ENGENHEIRO – CIVITAS ENGENHEIRO LTDA.
- 1956 / 1959 – CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
- 1959 /1961 – ENGENHEIRO – ORLANDO COSTA & CIA LTDA.
- 1961/ 1963 – ENGENHEIRO CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
- 1963/1969 – DIRETOR- SECRETÁRIO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
- 1968/1996 – DIRETOR – CONCRELIX S.A. ENGENHARIA DE CONCRETO
- 1968 / HOJE– DIRETOR – PEDRALIX S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO
- 1969 /1984 – DIRETOR – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
- 1981 / HOJE– DIRETOR – GERENTE – LIX EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- 1982 / 1.998 – DIRETOR-GERENTE – LIX ORGANIZAÇÃO E CONTROLE LTDA.
- 1984 / HOJE – VICE-PRESIDENTE – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
- 1987 / HOJE – DIRETOR – GERENTE – LIX INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
- 2004 / HOJE – DIRETOR GERENTE – LIX CONSTRUÇÕES LTDA.

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM;

III. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

ELIAS ABRÃO AYEK - 068.590.858-51

01 - NOME: ELIAS ABRÃO AYEK – D. N. 21/07/1963

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

1989 – BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

2005- PÓS GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA FINANCEIRA -FGV

03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1978 / 1984 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO \ ENCARGADO – ALMEIDA TORRES CONSTR. E COM. LTDA

1984 / 1985 –ANALISTA CONTÁBIL - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A

1985 / 1988 – ANALISTA CONTÁBIL SR - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A

1988 / 1992 – ENCARGADO DE CONTABILIDADE – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

1992 / 1996 –SUB-GERENTE DE CONTROLADORIA CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A

1996 / 2009 – GERENTE DE CONTROLADORIA CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A

2009 / 2013 - GERENTE ADMINISTRATIVO / FINANCEIRO - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A

04/10/2013 / ATUAL - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O INVESTIDOR – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

DECLARA TER SIDO CONDENADA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM nº RJ 2006/796 INSTAURADO EM RAZÃO DO ATRASO NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES PREVISTAS NO ART. 16 INCISOS III, V, VI E VIII DA INSTRUÇÃO CVM Nº 202/1993, SENDO QUE A MULTA IMPOSTA NO REFERIDO PROCESSO JÁ FOI DEVIDAMENTE QUITADA ASSIM COMO AS INFORMAÇÕES TAMBÉM ENVIADAS.

FAUSTO DA CUNHA PENTEADO - 021.037.028-91

01 - NOME: FAUSTO DA CUNHA PENTEADO – D.N. 03/11/1942

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1963 / 1964 – AUXILIAR DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

1964 / 1965 – AUXILIAR DEPARTAMENTO DE COMPRAS – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

1965 / 1968 – CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A. 1968/1972 – GERENTE FINANCEIRO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

1972 / 1977 – DIRETOR DO DEPARTAMENTO COMERCIAL – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

1977 / 1991 – DIRETOR FINANCEIRO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

1982 / 1988 – DIRETOR GERENTE – LIX DA ORGANIZAÇÃO E CONTROLE LTDA.

1983 / 1988 – DIRETOR – PEDRALIX S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO

1983 / 1987 – DIRETOR – CONCRELIX S.A. ENGENHARIA DE CONCRETO

1987 / 1991 – DIRETOR – SUPERINTENDENTE -. CBI LIX INDUSTRIAL LTDA.

1991 / HOJE – MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

04/10/2013 / HOJE - VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRUTORA LIX DA CUNHA S/A

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM;

III. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

MARCO ANTONIO FERREIRA DA COSTA - 046.343.688-11

1 – NOME: MARCO ANTONIO FERREIRA DA COSTA

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA

ENGENHEIRO CIVIL 03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1986/1987 – AUXILIAR TÉCNICO - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A

1988/1989 – ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO - PEDRALIX S.A INDUSTRIA E COMERCIO

1990/1999 – ENGENHEIRO RESIDENTE – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A

1999/HOJE –SÓCIO PROPRIETÁRIO – M.COSTA ENGENHARIA LTDA

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM;

III. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

DAVID RODOLPHO NAVEGANTES NETO - 697.238.777-91

1 – NOME:DAVID RODOLPHO NAVEGANTES NETO

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA

1983- BACHAREL EM CIENCIAS ECONOMICAS - UNIVERSIDADE GAMA FILHO/RJ

1983/1984 - POS GRADUAÇÃO - XIII CURSO DE MERCADO DE CAPITAIS- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

1996 - POS GRADUAÇÃO LATU SENSU EM MERCADO E CAPITAIS - BOLSA BRASILEIRA DE FUTUROS

03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1988/1989 – GERENTE OPERACIONAL/COMERCIAL –PNC INTERNATIONAL CCTVM S.A

1990 –GERENTE OPERACIONAL/COMERCIAL - GAVE CCTVM S.A

1990/1991 - GERENTE COMERCIAL - SENSO CCVM S.A

1991/1992 - OPERADOR DE MESA - BANORTE CVMC S.A

1992/1995 - OPERADOR CLIENTE SENIOR-COMERCIAL - ATLÂNTICA CTVM LTDA

01/11/1995 A 01/06/2006 - AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTO - DIRETOR COMERCIAL - INTRA S.A CCV

24/04/2006 A 30/06/2009 - AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS - FATOR S.A CV

07/01/2009/HOJE - AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS - CGD SECURITIES - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM;

III. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

MOACIR DA CUNHA PENTEADO - 268.860.308-68

01 – NOME: MOACIR DA CUNHA PENTEADO

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA

03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1968/1971 – CHEFE DO DEPTº DE COMPRAS – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA
1971/1984 – DIRETOR SUPERINTENDENTE – CONCRELIX S/A ENGENHARIA DE CONCRETO
1984/1991 – DIRETOR SUPERINTENDENTE CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A
1991/1996 – DIRETOR COMERCIAL ESTATUTÁRIO-ENGENFORM S/A
1996/HOJE – SÓCIO GERENTE – ORIENTE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS S/C
1998/HOJE – DIRETOR SUPERINTENDENTE ESTATUTÁRIO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
1998/HOJE – DIRETOR - LIX EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
1998/HOJE – DIRETOR SUPERINTENDENTE – LIX INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
2004/HOJE – DIRETOR GERENTE – LIX CONSTRUÇÕES LTDA.

25/09/2013 / HOJE - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM;

III. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI - 050.299.598-07

01 - NOME: MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI – D. N. 29/03/1963

02 – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

1985 – CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PÓS GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS – FAAP

2008-PDE - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL BOVESPA/IBMEC

03 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1983 / 1984 – ESTAGIÁRIA – DEPARTAMENTO JURÍDICO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
1984 / 1985 – ESTAGIÁRIA – JUSTIÇA GRATUITA DO FÓRUM DE CAMPINAS
1985 / 1986 – ASSISTENTE DA PRESIDÊNCIA-CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
1986 / 1988 – ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
1988 / 1991 – ASSISTENTE DA SUPERINTENDÊNCIA – LIX ORGANIZAÇÃO E CONTROLE LTDA.
1991 / 1993 – SUPERINTENDENTE – LIX ORGANIZAÇÃO E CONTROLE LTDA.
1989 / 1991 – PROFESSORA/INSTRUTORA – SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO
1993 / 1995 – ASSISTENTE DA PRESIDÊNCIA – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
1995/HOJE – DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
1997/04/10/2013 –DIRETORA DE RELAÇÕES COM O MERCADO – CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
2004/HOJE - DIRETORA GERENTE – LIX CONSTRUÇÕES LTDA.

DECLARA NÃO ESTAR INCURSO EM:

I. QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL;

II. QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER.

DECLARA TER SIDO CONDENADA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM nº RJ 2006/796 INSTAURADO EM RAZÃO DO ATRASO NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES PREVISTAS NO ART. 16 INCISOS III, V, VI E VIII DA INSTRUÇÃO CVM Nº 202/1993, SENDO QUE A MULTA IMPOSTA NO REFERIDO PROCESSO JÁ FOI DEVIDAMENTE QUIITADA ASSIM COMO AS INFORMAÇÕES TAMBÉM ENVIADAS.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI CONSELHEIRA (EFETIVO) DIRET. RELAC. INVESTIDOR	050.299.598-07	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MONICA BRAGA DA CUNHA GOBBO SOCIO COTISTA	050.299.628-59	JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA	68.379.114/0001-28	
<u>Observação</u>				
CONTROLADOR INDIRETO				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI CONSELHEIRA (EFETIVO) DIRET. RELAC. INVESTIDOR	050.299.598-07	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.	46.014.635/0001-49	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARJORIE BRAGA DA CUNHA TOLEDO SÓCIA COTISTA	050.299.608-05	JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA	68.379.114/0001-28	
<u>Observação</u>				
CONTROLADOR INDIRETO				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MOACIR DA CUNHA PENTEADO DIRETOR SUPERINTENDENTE	268.860.308-68	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
FAUSTO DA CUNHA PENTEADO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	021.037.028-91	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
FAUSTO DA CUNHA PENTEADO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	021.037.028-91	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
MOACIR DA CUNHA PENTEADO DIRETOR SUPERINTENDENTE	268.860.308-68	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RENATO ANTUNES PINHEIRO DIRETOR	014.519.958-49	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
RENATO JOSÉ ALMEIDA PINHEIRO SÓCIO COTISTA	052.511.078-03	FELIX ADMINISTR. E PARTICIPAÇÕES S/A	68.425.669/0001-69	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RENATO ANTUNES PINHEIRO DIRETOR	014.519.958-49	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A	46.014.635/0001-49	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA PINHEIRO SÓCIO COTISTA	102.233.908-79	FELIX ADMINISTR. E PARTICIPAÇÕES S/A	68.425.669/0001-69	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2011Administrador do Emissor

MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/DIRET. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	050.299.598-07	Controle	Controlador Direto
--	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

FELIX ADMINISTR. E PARTICIPAÇÕES S/A DIRETORA	68.425.669/0001-69		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRET. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	050.299.598-07	Controle	Controlador Indireto
--	----------------	----------	----------------------

Pessoa Relacionada

JCVS PARTICIPAÇÕES LTDA DIRETORA E SÓCIA COTISTA	68.379.114/0001-28		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

LUCIANO BRAGA DA CUNHA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	033.624.738-90	Controle	Controlador Direto
---	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

FELIX ADMINISTR. E PARTICIPAÇÕES S/A PRESIDENTE	68.425.669/0001-69		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LUCIANO BRAGA DA CUNHA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	033.624.738-90	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA DIRETOR E SÓCIO COTISTA	68.379.114/0001-28		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não há

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²³:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca remunerar seus administradores de acordo com a responsabilidade e tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Lix da Cunha.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O limite global da remuneração dos administradores é estabelecido anualmente em Assembléia Geral Ordinária e leva em conta os honorários mensais, 13º salários e gratificação de férias.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

RUBRICA	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALÁRIOS, PRÓ-LABORE	85,50%	100,00%
13º SALÁRIO	8,00%	0,00%
FÉRIAS	6,50%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A companhia efetua anualmente pesquisa de mercado a fim de verificar se o nível de remuneração dos seus administradores está adequado a prática de empresas de porte semelhante.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia considera ser este, o modelo mais adequado a atual situação financeira e patrimonial da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores específicos de desempenho.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
Não aplicável.
- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo
Não aplicável.
- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Parte da remuneração dos administradores é suportada pela Controlada Lix Empreendimentos e Construções Ltda., e pela Lix Incorporações e Construções Ltda.
- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
Não há.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁸:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável a seus administradores nos últimos 3 exercícios sociais, nem tem previsão de pagamento para o exercício social corrente.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social²⁹

Orgão	Ações ON	Ações PN
Conselho de Administração	1.771.858	0
Diretoria	929.931	195.821

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 1. . em aberto no início do exercício social
 2. . perdidas durante o exercício social
 3. . exercidas durante o exercício social
 4. . expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³¹:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos administradores.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	4,00	4,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	315.510,00	361.010,00	120.000,00	69.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	54.600,00	50.400,00	50.400,00	50.400,00
Valor médio da remuneração(Reais)	182.780,00	172.070,00	73.600,00	53.600,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2012	2011
Conselho de Administração	100%	100%
Diretoria Estatutária.....	100%	100%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Numero de Membros	3	4	7
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	45	383	425

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Numero de Membros	3	4	7
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	95	350	445

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Numero de Membros	3	4	7
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	169	304	473

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. Recursos humanos**

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes Informações³³:

- a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As atividades da empresa são desenvolvidas apenas no Estado de São Paulo, inexistindo funcionários ou atividades em outras regiões do País, dessa forma a quantidade de funcionários da área de construção civil da empresa é a seguinte:

SÃO PAULO	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CONTROLADORA	9	10	16
CONTROLADAS	128	148	138
TOTAL	137	158	154

- b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As atividades da empresa são desenvolvidas apenas no Estado de São Paulo, inexistindo funcionários terceirizados em qualquer função em outras regiões do País:

- c. índice de rotatividade

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CONSOLIDADO	33,94%	12,35%	13,96%

Turnover= ((admissões+demissões)/2)/total empregados)*100

- d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Lix da Cunha constitui provisões para Contingências Trabalhistas a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Os valores consolidados nos 3 últimos exercícios sociais são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CONTROLADORA	7.593.325,04	9.299.370,00	9.348.748,00

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não há

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Os salários são pagos de acordo com a função e qualificação profissional de cada funcionário e pela média de mercado da região de atuação. A empresa não tem nenhuma política formalizada de cargos e salários.

b. política de benefícios

Os benefícios concedidos aos funcionários são àqueles estabelecidos em convenção coletiva de cada categoria. A empresa não tem nenhuma política formalizada de benefícios.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não há

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos.

O relacionamento da empresa com os sindicatos é o usual de qualquer empresa, sem qualquer tipo de conflito ou privilégio no momento.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
DAVID RODOLPHO NAVEGANTES NETO						
697.238.777-91	BRASILEIRO-RJ	Não	Não			
	100	0,001600%	420.000	7,131600%	420.100	3,502800%
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		
TOTAL		0		0,000000%		
FERNANDA FERREIRA DA COSTA						
079.512.718-96	brasileira-SP	Não	Não			
	221.067	3,621600%	101.639	1,725800%	322.706	2,690700%
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		
TOTAL		0		0,000000%		
FELIX ADMINIST. E PARTICIPAÇÕES S/A						
68.425.669/0001-69	BRASILEIRA-SP	Não	Sim	29/04/2010		
	3.155.164	51,689199%	0	0,000000%	3.155.164	26,307500%
CELSO DO AMARAL RIBEIRO						
179.400.287-15	BRASILEIRO-RJ	Não	Não			
	0	0,000000%	685.208	11,634800%	685.208	5,713200%
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		
TOTAL		0		0,000000%		
MOACIR DA CUNHA PENTEADO						
268.860.308-68	BRASILEIRO-SP	Não	Não			
	654.654	10,724811%	0	0,000000%	654.654	5,458400%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARCO ANTONIO FERREIRA DA COSTA						
046.343.688-11	BRASILEIRO-SP	Não	Não			
	270.566	4,432524%	102.467	1,739900%	373.033	3,110300%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
FAUSTO DA CUNHA PENTEADO						
021.037.028-91	BRASILEIRO-SP	Não	Não			
	722.480	11,835966%	0	0,000000%	722.480	6,024000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	1.080.076	17,694300%	4.579.986	77,767900%	5.660.062	47,193100%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	6.104.107	100,000000%	5.889.300	100,000000%	11.993.407	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FELIX ADMINIST. E PARTICIPAÇÕES S/A				68.425.669/0001-69	
FAP PARTICIPAÇÕES LTDA					
12.667.286/0001-42	BRASILEIRA-SP	Não	Não	28/12/2009	
65.944	10,450000	0	0,000000	65.944	10,450000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
HÉLIO DUARTE DE ARRUDA FILHO					
014.055.198-00	BRASILEIRO-SP	Não	Não		
147.675	23,400000	0	0,000000	147.675	23,400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA					
68.379.114/0001-28	BRASILEIRO-SP	Não	Não	29/04/2010	
414.750	65,730000	0	0,000000	414.750	65,730000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
2.664	0,420000	0	0,000000	2.664	0,420000
TOTAL	631.033	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FAP PARTICIPAÇÕES LTDA				12.667.286/0001-42	
FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA PINHEIRO					
102.233.908-79		Não	Não		
1.297	1,960000	0	0,000000	1.297	1,960000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
RENATO ANTUNES PINHEIRO					
014.519.958-49		Não	Não		
63.350	96,070000	0	0,000000	63.350	96,070000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
RENATO JOSÉ ALMEIDA PINHEIRO					
052.511.078-03		Não	Não		
1.297	1,970000	0	0,000000	1.297	1,970000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	65.944	100,000000	0	0,000000	65.944
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA				68.379.114/0001-28	
LUCIANO BRAGA DA CUNHA					
033.624.738-90	BRASILEIRO-SP	Não	Não		
37.622	24,940000	0	0,000000	37.622	24,940000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARISA BRAGA DA CUNHA MARRI					
050.299.598-07	BRASILEIRA-SP	Não	Não		
38.006	25,200000	0	0,000000	38.006	25,200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARJORIE BRAGA DA CUNHA					
050.299.608-05	BRASILEIRA-SP	Não	Não		
37.595	24,930000	0	0,000000	37.595	24,930000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MONICA BRAGA DA CUNHA GOBBO					
050.299.628-59	BRASILEIRA-SP	Não	Não		
37.595	24,930000	0	0,000000	37.595	24,930000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JCVC PARTICIPAÇÕES LTDA				68.379.114/0001-28	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
150.818	100,000000	0	0,000000	150.818	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	524
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	31
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	31

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.477.748	24,200000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	5.650.844	95,950000%
Total	7.128.592	59,430000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

Não apresentado.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- a. partes
- b. data de celebração
- c. prazo de vigência
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor³⁶

Não há

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**16. Transações com partes relacionadas**

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

As transações da Companhia com suas controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de mútuo são realizadas entre as empresas sem qualquer remuneração, exceto, quando há captação de recursos externos, as taxas contratadas são repassadas nas mesmas condições.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ORIENTE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIA LTDA.	31/12/2011	158.663,00	158663	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	INDETERMINADO.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	OUTRAS PARTES RELACIONADAS - ACIONISTA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MUTUO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ.						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ.						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						
PEDRALIX S/A IND. E COM.	31/12/2011	11.450.046,00	11.450.046,00	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	NÃO HÁ	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						
CBI INDUSTRIAL LTDA	31/12/2011	217.273,00	217.273,00	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	INDETERMINADO	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ.						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ.						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						
LIX EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	31/12/2011	9.184.638,00	9.184.638,00	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	INDETERMINADO	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MUTUO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ.						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ.						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						
CBI CONSTRUÇÕES LTDA	31/12/2011	16.542.810,00	16.542.810,00	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	INDETERMINADO	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ.						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ.						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						
LIX CONSTRUÇÕES LTDA	31/12/2011	27.040.664,00	27.040.664,00	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	INDETERMINADO	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA INDIRETA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ.						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						
LIX INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.	31/12/2011	8.325.993,00	8.325.993,00	NÃO É POSSÍVEL AFERIR	INDETERMINADO.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	NÃO HÁ.						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ.						
Natureza e razão para a operação	Operações de mútuo entre as empresas.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Todas as operações entre partes relacionadas estão amparadas por Contrato de Mútuo e os recursos somente são requisitados para suprir eventuais necessidades de fluxos de caixa.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2003	48.680.067,81		6.104.107	5.889.300	11.993.407

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

18.1 - Direitos das ações**Espécie de ações ou CDA Ordinária****Tag along** 0,000000**Direito a dividendos** Todas as ações da Companhia tem direito a dividendos, no entanto as ações preferenciais não darão direito a votar, mas conferirão a seus titulares prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, cujo valor anual mínimo não será inferior a 6% (seis por cento) do quociente obtido pela divisão do capital social, pela quantidade total das ações ordinárias e preferenciais.**Direito a voto** Pleno**Conversibilidade** Não**Direito a reembolso de capital** Não**Restrição a circulação** Não**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** Não há.**Outras características relevantes** Não há.**Espécie de ações ou CDA Preferencial****Tag along** 0,000000**Direito a dividendos** Todas as ações da Companhia tem direito a dividendos, no entanto as ações preferenciais não darão direito a votar, mas conferirão a seus titulares prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, cujo valor anual mínimo não será inferior a 6% (seis por cento) do quociente obtido pela divisão do capital social, pela quantidade total das ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto nas assembleias gerais da sociedade, se esta deixar de pagar os dividendos, por prazo superior a três exercícios sociais consecutivos. As ações preferenciais participarão em igualdade de condições com as ordinárias na distribuição de bonificações, em ações ou em dinheiro.**Direito a voto** Pleno**Conversibilidade** Não**Direito a reembolso de capital** Não**Restrição a circulação** Não**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** Não há.**Outras características relevantes** Não há.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 30/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.466	2,64	2,25	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.990	2,45	1,86	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	34.019	3,49	1,93	R\$ por Unidade
30/12/2012	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	30.588	2,30	1,20	R\$ por Unidade
31/03/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	321.421	1,89	1,40	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	266.578	1,52	1,30	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	228.422	1,46	1,00	R\$ por Unidade
30/12/2012	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	195.437	1,10	0,80	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.040.427	2,82	2,03	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	546.632	2,18	1,50	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	763.378	2,39	1,50	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	232.248	1,92	1,55	R\$ por Unidade
31/03/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	73.044	4,80	3,20	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.662	4,49	2,84	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.289	3,75	3,30	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.721	3,39	2,51	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

BM&F BOVESPA

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

- a. país
- b. mercado
- c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação
- d. data de admissão à negociação
- e. se houver, indicar o segmento de negociação
- f. data de início de listagem no segmento de negociação
- g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício
- h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação
 1. a cada classe e espécie de ações
 - i. se houver, banco depositário
 - j. se houver, instituição custodiante

A Companhia não possui ativos negociados no Exterior.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor⁴⁰

Não há.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro⁴¹

Não há.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21. Política de divulgação de informações

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Não há

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Não há.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações
Não há

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não há.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22. Negócios extraordinários

22.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor⁴⁴

Não há

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor⁴⁵

Não há.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais⁴⁶

Não há.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há